

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CHOHFI, Osmar Vladimir. Osmar Vladimir Chohfi (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV),(2h30min)

**Osmar Vladimir Chohfi
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2016

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Marcos Tourinho; Oliver Stuenkel ;

Levantamento de dados: Oliver Stuenkel; Thiago Augusto Esteves Kunis;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Oliver Stuenkel;

Técnico de gravação: Ignorado; Ninna Carneiro;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 20/05/2014

Duração: 2h 30min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Brasil em Crises Internacionais”, desenvolvido pelo Centro de Relações internacionais do CPDOC com financiamento da presidência da FGV, entre junho de 2013 e maio de 2015. O projeto visa, a partir dos depoimentos cedidos, a formação de um banco de fontes orais.

Temas: Alfredo Stroessner; América Central; América Latina; Anos 1990; Atividade profissional; Brasil; Colômbia; Cooperação internacional; Crise política; Diplomacia; Equador; Espanha; Estados Unidos da América; Fernando Henrique Cardoso; Forças Armadas; Fundo arquivístico; Golpe de estado; Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Hugo Chávez; Narcotráfico; Opinião pública; Organização dos Estados Americanos; Palácio Itamaraty; Paraguai; Peru; Política externa; Rio de Janeiro (estado); Sociedade civil; Suriname; Território; Venezuela;

Sumário

Arquivo 1: Opinião sobre a abertura precoce de arquivos importantes; relato sobre feridas históricas existentes em países da América Latina; relato sobre o período que foi chefe de gabinete de secretários-gerais do Itamaraty entre 1992 e 1994; opinião sobre a atuação brasileira em crises internacionais e regionais durante a década de 1990; explicação sobre as medidas tomadas pelo Brasil durante as crises democráticas no Peru e Venezuelana; percepção sobre a atuação de Fernando Henrique Cardoso para a consolidação democrática no Brasil; opinião sobre a importância estratégica da América Central para a diplomacia brasileira nos anos 1990; relato sobre a importância histórica da América do Sul para a diplomacia brasileira; chegada do entrevistado à embaixada brasileira no Equador em 1994; atuação na crise envolvendo Peru e Equador em 1995; relato sobre a atuação dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro; relato sobre a atuação brasileira no conflito entre Peru e Equador; relato sobre as percepções da população equatoriana sobre a atuação dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro; relato sobre a duração do processo de mediação e percepção de um fim exitoso; relato sobre o papel do Brasil como coordenador dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro; relato sobre o processo de mediação do conflito entre Peru e Equador; percepção do entrevistado sobre a opinião pública brasileira à respeito da participação brasileira no processo de mediação; opinião sobre a importância da participação das Forças Armadas Brasileiras; opinião do entrevistado sobre a participação dos Estados Unidos no processo de mediação.

Arquivo 2: Relato sobre estadia no Equador; comentários sobre instabilidade política no Equador; mudanças presidenciais no Equador; contato e conversa com Abdalá Bucaram, impressões sobre a administração de Abdalá Bucaram; comentários sobre o trabalho para resolução das questões fronteiriças no Equador; envolvimento brasileiro nas questões internas equatorianas; comentários sobre a atuação do Brasil no conflito entre Peru e Equador; comentários sobre o envolvimento do Brasil na crise no Paraguai; comentários sobre a organização do recebimento de Alfredo Stroessner (1989); comentários sobre os momentos de instabilidade política no Paraguai; impressões sobre a situação política tensa na Venezuela em 2001; comentários sobre a relação de Fernando Henrique Cardoso com Hugo Chávez; viagem à Venezuela para a 9ª Reunião de Consultas Políticas; impressões sobre Pedro Carmona; comentários sobre encontros com representantes da sociedade civil venezuelana; comentários sobre a confusão inicial após o golpe na Venezuela; comentários sobre o posicionamento brasileiro em relação ao golpe na Venezuela; impressões sobre o fracasso do golpe; impressões sobre o apoio precipitado dos EUA e Espanha ao golpe; comentários sobre a gestão da crise venezuelana em 2014; importância da regionalização da gestão das crises; atuação brasileira na OEA e no Grupo do Rio; impressões sobre a articulação de ação do Grupo do Rio junto à OEA; comentários sobre a participação estadunidense na OEA; comentários sobre a possibilidade dos EUA saberem do processo de golpe na Venezuela; comentários sobre o clima tenso da política venezuelana nas vésperas do golpe; comentários sobre conversas com o secretário-geral da chancelaria venezuelano; comentários sobre a situação após o golpe.

Arquivo 3: Relato sobre o papel de Lucas Rincón na tentativa de golpe contra Hugo Chávez em 2002; opinião sobre a importância da comunicação em situações de crises políticas; opinião sobre a cisão dentro das Forças Armadas da Venezuela no ano de 2002; relato sobre

a volta de Hugo Chávez ao poder após a tentativa de golpe; relato sobre um documentário irlandês sobre o episódio; opinião sobre as diferenças políticas de Hugo Chávez; relato sobre as relações entre Hugo Chávez e os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula; relato sobre a atuação da OEA até o final do ano de 2002 para solucionar a crise venezuelana; relato sobre o diálogo de Fernando Henrique Cardoso com Hugo Chávez após a tentativa de golpe contra o presidente venezuelano; relato sobre a dinâmica de transição política no Brasil após a eleição de Lula em 2002; opinião sobre as viagens e contatos que Lula fez após a sua eleição; relato sobre o contato brasileiro com o governo venezuelano durante os dias de crise e tentativa de golpe na Venezuela; relato sobre a posição brasileira em relação à atuação dos Estados Unidos na Colômbia; relato sobre a aproximação e cooperação brasileira com o Suriname; relato sobre a participação brasileira em esforços regionais e internacionais para o combate ao narcotráfico; opinião sobre a Carta Democrática da OEA; relato sobre a atuação de grupos sub-regionais dentro da OEA; opinião sobre os mecanismos institucionais das organizações internacionais da América do Sul; opinião sobre a influência dos Estados Unidos dentro da OEA; relato sobre sua visita ao Equador; relato sobre o processo de construção de confiança entre Colômbia e Equador; relato sobre a participação de Pedro Dallari no processo de construção de confiança entre Colômbia e Equador.

Entrevista: 20/05/2014

M.T. - A ideia desse projeto é entender melhor como o Brasil lidou e lida com crises na sua região mais próxima. Então, quais são as estratégias, quais são as alternativas institucionais ou bilaterais para lidar com crises constitucionais, mas outros tipos de crises também, na região.

O.S. - Nosso objetivo é entender a evolução da posição brasileira em relação a crises constitucionais na região. A gente começa geralmente no início dos anos 90 e depois olha as crises ao longo das últimas duas décadas para entender melhor se houve de fato uma evolução em relação à posição brasileira. Ou seja, se houve um momento em que o Brasil assumiu a liderança regional e aí, obviamente, a sua participação é crucial em uma série de momentos importantes.

M.T. - Uma curiosidade que a gente teve logo no começo da pesquisa é que o senhor foi chefe de gabinete de vários secretários-gerais entre 92 e 94. Como é que se deu isso? É normal que o chefe de gabinete se mantenha à medida que os secretários-gerais vão saindo?

O.C. - É. Eu fui chefe de gabinete pela primeira vez convidado pelo embaixador Luiz Felipe Lampreia. Quando ele assumiu a Secretaria-Geral do Itamaraty, ele me convidou para a chefia do seu gabinete. E quando ele deixou a Secretaria-Geral, e foi substituído pelo embaixador Roberto Abdenur, o embaixador Abdenur me pediu para continuar na chefia do gabinete. Eu continuei. E ao final desse meu período na Secretaria-Geral eu fui designado embaixador do Brasil no Equador. Isso foi em 1994. Mas eu também bisei chefias de gabinete quando, posteriormente, o ministro Lampreia foi ministro de Estado das Relações Exteriores. Eu era embaixador no Equador e ele me convidou para voltar a Brasília para ser seu chefe de gabinete. Eu exerci a chefia de gabinete até o final da gestão do Lampreia. Veio o ministro Celso Lafer, que é meu colega de escola, que eu conheço há muitas décadas, não vou dizer quantas, que me manteve na chefia do gabinete. E ao final desse período na chefia do gabinete, já no final do último ano e meio do governo Fernando Henrique Cardoso, eu fui convidado para ser secretário-geral do Itamaraty e fiquei até o final do governo exercendo a Secretaria-Geral. E aí eu saí para ser embaixador do Brasil em Madri já no início do governo Lula. Eu acho que é possível essa continuidade. Há uma certa continuidade institucional no Itamaraty. Pode haver troca, é óbvio que cada ministro ou cada secretário-geral terá as suas pessoas de confiança. Mas é possível também que haja essa continuidade, que é uma continuidade, vamos dizer assim, eu diria mais administrativa do que política.

O.S. - Certo. Voltando um pouco agora aos primeiros anos da década de 90, a gente teve uma série de crises, por exemplo, no Haiti, depois a crise no Peru de 92, o chamado autogolpe. Como o senhor caracteriza a reação brasileira naquela época, antes de 95? A gente vê uma posição brasileira talvez um pouco mais assertiva no momento da crise entre Equador e Peru, mas antes disso não há pouca evidência de um envolvimento brasileiro assertivo nessas crises. Como o senhor lembra dessas crises? Como o Itamaraty lidava com esses assuntos?

O.C. - Eu acho que há uma continuidade na posição brasileira com relação a nossa eventual participação na solução de determinados temas políticos na região, sobretudo crises políticas internas à região. Eu acho que um aspecto importante da política externa brasileira é o cuidado com o qual nós tratamos desses temas com relação aos países vizinhos, e eu acho que isso é natural. O Brasil é o maior país da região, é o país mais poderoso da América do Sul e eu acho

que isso tem consequências em termos da sua possível atuação em uma situação dessa natureza, uma situação de conflito interno. A nossa posição sempre se caracterizou por uma dose de prudência e de discrição, eu acho que isso faz parte da política externa brasileira. Nesse período todo, nós nunca vocalizamos ou nós nunca insistimos publicamente em determinadas posições ou fazendo juízos de valor sobre situações internas. Nós sempre procuramos atuar com discrição, mas atuamos. A posição brasileira sempre foi de defesa da democracia. Eu acho que é inegável, é indiscutível que o Brasil sempre primou pela defesa dos princípios da institucionalidade democrática na região. Isso desde o começo dos anos 90. Você mencionou o autogolpe no Peru. Eu me lembro, eu não exerci uma função política nessa ocasião, eu era chefe de cerimonial da Presidência da República. É claro, eu circulava em um meio onde se conversava, onde se falava sobre esses temas, mas eu não atuava politicamente nesse contexto. Mas eu acho que houve, no caso do Peru, por exemplo, um certo esfriamento da relação...

O.S. - Certo.

O.C. - Não foi bem recebida pelo governo brasileiro, na ocasião, essa notícia do autogolpe, o que não implicou em um afastamento, assim, brusco, em um afastamento demasiadamente significativo do Brasil com relação ao Peru por razões óbvias: nós temos uma extensa fronteira com o Peru; há uma gama imensa de interesses comuns e bilaterais; nós temos interesses econômicos, grandes empresas brasileiras que atuavam no Peru. Então você tem que dosar muito bem, tem que haver uma dosimetria dessa defesa dos princípios democráticos e da capacidade que você tem de poder influenciar o governo do outro país no sentido de uma preservação da ordem democrática. Eu acho que o Brasil atua com discrição, atua com prudência, mas não deixa de manifestar de uma maneira, vamos dizer assim, reservada as suas preferências pela manutenção da ordem democrática...

M.T. - De que maneira isso?

O.C. - Você faz isso bilateralmente, você faz de maneiras indiretas. Você não faz grandes declarações públicas a respeito das situações internas. Você procura atuar como nós atuamos. Nós atuamos consistentemente, por exemplo, em diversas crises no Paraguai e nós teríamos que atuar com muito cuidado, sobretudo no Paraguai, por diferentes razões históricas, políticas atuais, econômicas. E nós atuamos. Nós contribuimos para solucionar várias crises políticas no Paraguai, inclusive recebendo ex-ditadores como foi o caso do Stroessner. Pode-se criticar o Brasil, mas o Brasil trabalhou durante muito tempo com o governo Stroessner e ao receber o Presidente Stroessner, ex-presidente, já deposto, no Brasil nós contribuimos para resolver uma situação política muito complexa no Paraguai. Então o Brasil atua de diferentes maneiras: aproveita reuniões de consultas políticas, aproveita reuniões bilaterais de chanceleres, as próprias conversas de presidentes. Às vezes, as conversas entre chefes de Estados são muito francas e com cuidado sempre se podem dizer determinadas coisas. Tem um episódio bastante interessante que vocês conhecem, porque eu acho que o Estado de São Paulo publicou, foi no ano passado: uma conversa do Chávez com o Presidente Fernando Henrique Cardoso em que ele telefona, comenta a história do golpe, agradece a participação do Brasil e o nosso presidente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com aquela finura que lhe é peculiar, aquela inteligência que lhe é peculiar, comenta os episódios de tentativas contra o Presidente Juscelino Kubitschek e menciona que, no final da conversa, o Presidente Juscelino Kubitschek anistiou todo mundo, e isso foi bom para a evolução política do Brasil. São maneiras indiretas e sutis de você transmitir determinadas mensagens, o que eu pessoalmente acho, tendo exercido

determinadas posições de responsabilidade na chancelaria brasileira, que são as maneiras corretas. E isso é parte, eu diria, da genética da política externa brasileira.

O.S. - Pode -se dizer que no momento de 95, o Fernando Henrique assume e o Brasil passa por um processo de consolidação democrática no Brasil. O país, pela primeira vez, tem um Presidente que tem uma projeção internacional, ele tem uma legitimidade maior do que os presidentes anteriores. Isso contribuiu para a capacidade brasileira de se envolver de maneira mais clara, talvez, na proteção de regimes democráticos fora ou a situação interna não influenciou muito nesse processo? Porque a partir de 95 existe, talvez, um comportamento um pouco diferente e em comparação a 92 e outras crises, o Brasil não teve uma atuação tão visível. É possível dizer que a situação interna contribuiu ou teve um papel nisso? Vamos dizer assim, nos primeiros cinco anos da década de noventa ainda houve internamente também um processo de consolidação democrática que limitou a atuação brasileira?

O.C. - Acho que você tem razão, no início da década de 90, nós tivemos problemas políticos internos no Brasil (a gente não precisa comentar aqui, todos nós conhecemos). Você tem razão ao dizer que a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, essa posição brasileira se tornou mais assertiva. Eu acho que há duas razões que se complementam, além do perfil que você mencionou do Presidente Fernando Henrique Cardoso, da legitimidade democrática que ele tem, da estatura política e intelectual dele, havia também uma situação no Brasil de consolidação da democracia, da estabilização da economia, o que nos permitiu determinadas iniciativas de cooperação, de ampliar essa cooperação. Então, eu acho que são dois fatores: a situação interna do Brasil, a estabilidade política e a estabilidade econômica mais o pendor do Presidente Fernando Henrique Cardoso com relação à política externa também favoreceram muito o fortalecimento do papel no Brasil nessa manutenção da ordem democrática e, segundo, o momento de cooperação com os demais países da região.

M.T. - Nesse período ainda anterior ao governo Fernando Henrique, qual era a área de preocupação estratégica do Brasil nesses temas? Porque teve o autogolpe em 92, mas teve também a crise do Haiti com o Cédras dando o golpe em Aristide e outras crises na América Central. A América Central era um pouco fora do radar da diplomacia brasileira ou não?

O.C. - Bom, a América Central estava um pouco mais distante, em termos políticos, naquela ocasião. Depois disso mudou tanto no governo Fernando Henrique Cardoso quanto no governo do Presidente Lula. Houve uma enorme aproximação do Brasil com a América Central, o Presidente Fernando Henrique a visitou. Teve uma reunião com os presidentes da América Central, eu acho que em 2002, e o Presidente Lula também. Então houve uma projeção maior do Brasil tanto em direção a América Central quanto em direção ao Caribe. Mas é óbvio que o principal foco de atenção do Brasil nesse período, mesmo no governo Collor, no governo Itamar Franco era a nossa circunstância mais próxima que é a América do Sul. A América do Sul sempre foi importante para a política externa brasileira. Historicamente, desde o começo da existência do Ministro das Relações Exteriores criado por Dom João VI, houve uma importância enorme.

M.T. - São quase todos vizinhos.

O.C. - Exatamente. Evoluindo da nossa participação em todas as questões do Prata no século XIX e depois ampliando isso, já no século XX, para a América Andina que tinha sido mais

distante politicamente do Brasil, mas que passou a ser muito próxima porque, o Brasil interiorizou o seu desenvolvimento. Eu acho que a interiorização provocada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, iniciada talvez pelo próprio Presidente Juscelino Kubitschek, a construção de Brasília, essa marcha em direção ao oeste do Brasil, provocou, é óbvio, um maior interesse, uma relação muito mais estreita com os países da costa do Pacífico, coisa que na época, do século XIX era muito mais complicado. Na metade do século XIX, o governo imperial, que tinha uma visão estratégica muito clara do papel do Brasil na região, mandou um enviado especial para o norte da América do Sul e ele demorou três meses para chegar a Bogotá . Então, isso demonstra como era difícil mesmo porque esses países da costa do Pacífico também não estavam interiorizados, eles tinham, alguns tinham um desenvolvimento econômico na costa e na serra, mas a região amazônica era uma região inóspita e para eles também longínqua. Mas o foco da política externa brasileira, um dos focos principais sempre foi a nossa presença na América do Sul. Isso é inevitável pela nossa própria circunstância geográfica.

O.S. - Certo. Vamos falar um pouco de 95. O Lampreia vira chanceler e já temos uma crise complexa que realmente foi um primeiro teste da liderança brasileira e o senhor estava na Embaixada. Como viveu aquele momento da crise entre Peru e Equador? Como começou? Qual foi o seu papel nessa mediação? Quanto tempo demorou até o Brasil se envolver de maneira mais direta?

O.C. - O Brasil se envolveu de maneira direta desde o primeiro momento. Eu cheguei ao Equador como embaixador em julho de 1994 e os primeiros indícios de que havia uma tensão na fronteira entre o Peru e o Equador ocorrem em dezembro de 1994. Começaram a chegar notícias e algumas poucas coisas apareciam na imprensa equatoriana sobre pequenas fricções, pequenos incidentes, pequenos grupos de três ou quatro soldados peruanos e equatorianos que se encontravam em determinadas áreas da fronteira. Isso tudo ocorreu em dezembro. Mas isso tudo muito, eu diria, quase que abafado pelos meios oficiais equatorianos. E, evidentemente, depois disso evoluiu já no começo, em janeiro e fevereiro, para incidentes mais graves e depois para um conflito armado aberto que felizmente ficou circunscrito à região fronteira e que nunca se espalhou pelo resto do território dos países.

O.S. - Houve essa preocupação em algum momento?

O.C. - Houve. Não só preocupação como houve ameaças veladas de que outras áreas dos territórios poderiam ser afetadas– o que, felizmente, não ocorreu. Mas em determinados momentos houve, eu não diria ameaças do Peru, mas insinuações peruanas de que o Peru consideraria que não havia limitação para os alvos possíveis para uma ação militar em termos de projeção territorial. Felizmente, isso não ocorreu, o conflito ficou circunscrito àquela região fronteira. Mas o Brasil participou desde o primeiro momento, por quê? Porque o Brasil é um dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro que estabeleceu uma linha fronteira, se você quiser qualificar assim, provisória na fronteira entre o Peru e o Equador. Não só o Brasil é um dos países garantes, junto com os Estados Unidos da América, a Argentina e o Chile, mas o Brasil é o *coordenador* dos países garantes. Então, a coordenação da atuação dos países garantes cabia ao Brasil. Então, a posição do Brasil foi muito importante, porque o Brasil tomava a iniciativa de convocar reuniões, como nós tivemos reuniões em fevereiro no Rio de Janeiro, já no momento em que já se tinha conseguido um cessar fogo inicial. A atuação do Brasil foi importantíssima, nós coordenávamos, tanto nas chancelarias, como os embaixadores

brasileiros em Quito- no caso eu e o meu colega de Lima- no caso do Peru, coordenávamos a ação dos embaixadores dos demais garantes.

M.T. - Quem era o embaixador em Lima?

O.C. - Era o Carlos Perez que, naquele episódio de invasão da embaixada do Japão em Lima, ficou refém durante uns dez dias. Mas ele foi um dos primeiros a sair.

--A partir de que momento isso passou a ser relevante nessa crise de 95?

O.C. - Desde o primeiro momento, desde dezembro. Nós acompanhávamos, tínhamos que informar.

M.T. - Já nesse papel de garante?

O.C. - Não, porque ainda não havia sido detonado o mecanismo dos países garantes. Aí, nós estávamos acompanhando, como acompanhamos em crises anteriores. Nós tínhamos que acompanhar e nós evidentemente estávamos acompanhando. Mas quando o conflito realmente recrudescceu e se ampliou, o mecanismo dos países garantes entrou em funcionamento.

M.T. - Isso já no começo do ano?

O.C. - Já no começo do ano. As atuações mais importantes no terreno começaram depois das reuniões do Rio de Janeiro, que foram em fevereiro. E aí nós recebemos, organizada pelo Brasil, uma primeira missão de verificar..., Mesmo antes disso, quando houve um cessar fogo, que foi negociado e com uma participação importante dos países garantes -- para antecipar um pouco o que viria depois, no caso do Equador, por exemplo -- o nosso adido do Exército junto a Embaixada foi instruído... Eu sugeri e foi apoiada a ideia de mandá-lo para um determinado ponto da fronteira para que ele ali ficasse já na qualidade de observador militar dos países garantes até a chegada da missão definitiva que veio depois, que foi a missão de observação militar, MOMEPE, se chamava, do Equador-Peru.

--**O.S.** -A sua comunicação direta foi com o secretário-geral ou com o chanceler? O Presidente também se envolveu bastante...

O.C. - O Presidente Fernando Henrique se envolveu *muito* nesse processo como os demais presidentes dos países garantes. Mas no caso do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi essencial a participação dele. Os três níveis atuavam muito diretamente: o nível do secretário-geral, que era o Sebastião do Rego Barros; o do ministro, que era o Lampreia; e o Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Presidente em contato com os demais presidentes, os ministros em reuniões de ministros e os secretários-gerais ali no comando da logística, do apoio e das instruções imediatas para as embaixadas e para os negociadores nossos que estavam atuando junto com os negociadores dos demais países garantes. Então, houve uma atuação muito grande e permanente. Porque esse processo começou em 1995 e só terminou em outubro de 98 quando houve a assinatura, em *Brasília*, do Tratado de Paz definitivo que resolveu a questão.

M.T. - Houve alguma resistência à participação, ao mecanismo dos garantes como principal mecanismo mediador nesse caso?

O.C. - Eu vou comentar o caso do Equador. O mecanismo dos garantes era visto com certa ambiguidade em determinados meio equatorianos. Havia setores equatorianos muito nacionalistas que consideravam que o mecanismo dos garantes, desde o seu início, tinha prejudicado o Equador, que a própria reunião do Rio de Janeiro tinha sido muito desfavorável ao Equador. Realmente, na época, você tinha uma enorme dificuldade de comunicação. O chanceler equatoriano que esteve no Rio de Janeiro e que aceitou o Protocolo, voltou ao Equador, teve problemas gravíssimos com os políticos. Ele era um homem de primeiríssima categoria, mas ele teve problemas graves porque havia setores nacionalistas no Equador que não aceitavam de nenhuma maneira o que havia ocorrido no Rio de Janeiro em 1942 e, portanto, rechaçavam o mecanismo dos garantes. Então, havia certa desconfiança em determinados setores que felizmente não eram majoritários. Porque, evidentemente, a atuação dos garantes era uma atuação absolutamente equânime, isso eu posso atestar e nós provamos, em diferentes oportunidades, que assim era. Mas era muito difícil operar em um ambiente altamente emocional. O ambiente no Equador era altamente emocional, apesar de que o Equador, sob o aspecto militar, esteve muito bem no conflito de 95. O Exército equatoriano estava muito bem treinado, eles tinham meios de comunicação muito bons. As tropas equatorianas estavam muito próximas da área do conflito. Ao contrário das tropas peruanas que estavam longínquas. Às vezes, os suprimentos para os destacamentos avançados peruanos (um deles eu até visitei em uma visita de inspeção que nós fizemos) demoravam uma semana para chegar porque era tudo a pé. O Equador conseguiu anular a superioridade aérea do Peru. Então, isso lhe deu uma vantagem muito grande, uma vantagem, eu diria, tática, estratégica muito grande. Houve um determinado momento, que eu não sei se isso foi muito divulgado, em que o Presidente Fujimori, em um ato de coragem se aproximou muito das ondas do conflito e ficou em um lugar chamado *Cueva de los Tayos*. E os equatorianos tinham uma possibilidade muito grande em um momento, mas felizmente eles não fizeram, de atingir aquela localidade. Nessa ocasião, houve uma, o Presidente Fujimori ficou quase cercado ali, houve uma movimentação peruana no sentido de alertar aos garantes de que qualquer fato mais grave que acontecesse ali teria consequências grandes, podendo levar a ampliação do conflito para outras áreas. Isso foi dito a nós. Felizmente não aconteceu. Não sei se havia blefe de um lado ou de outro, mas, em uma situação como essa, os blefes também são muito importantes. Voltando ao tema dessa sensibilidade com relação aos países garantes, era difícil atuar em um ambiente volátil. Tinha determinados setores nacionalistas muito vocais que escreviam em jornais, sobretudo os setores de Guaiquil mais do que em Quito. Vou contar um episódio, que eu acho até pitoresco, mas uma senhora, que era tabeliã em Guaiquil, que era líder de um pequeno grupo nacionalista em Guaiquil, escrevia cartas, mandava fax reclamando disso e daquilo. Pelo fato de eu ser coordenador dos países garantes, eu aparecia todas as noites nos principais jornais e telejornais, porque sempre tinha reuniões com chanceleres. O Presidente nos chamava e quando eu saía eu falava, em nome dos garantes, com muito cuidado e tudo, mas sempre dizia o que tinha que ser dito. E um dia ela me mandou um e-mail dirigido assim: “Ao senhor Osmar Chohfi, embaixador do Brasil *e mentiroso*”. Porque ela achou que, em uma das declarações que eu fiz, ao sair de uma reunião com o chanceler equatoriano, que eu tinha dito algo que ela considerava que era uma grande mentira. [riso] Então, era nesse ambiente que nós atuávamos, era muito complicado, sobretudo nos dois primeiros anos... Porque isso durou praticamente três anos e meio, essa mediação foi uma *longa mediação*, mas que teve um final, do ponto de vista político e diplomático, muito favorável, muito exitoso, porque hoje em dia você não fala mais... Apesar dos equatorianos não terem recebido com grande alegria o resultado final, porque praticamente se confirmou a fronteira que já havia no Protocolo do Rio de Janeiro com compensações na

área da cooperação entre os dois países e a definição de um quadrilátero, que seria dado para a administração do Equador de uma determinada área chamada Tiwintza, que é o nome indígena. Realmente, a gente pode considerar que o resultado teve certo *status quo* territorial, mas resolveu definitivamente o problema.

M.T. - E na prática, no cotidiano desses três anos, no que consistiu esse papel de coordenador dos garantes? Quem eram os principais interlocutores?

O.C. - Nós atuávamos nas diferentes capitais, claro, muitas reuniões em Brasília de coordenação dos quatro países garantes. Nós atuávamos em Quito e atuávamos em Lima. No que consistia? Quer dizer, nós tínhamos reuniões praticamente diárias com o governo equatoriano, porque aconteciam coisas o tempo todo. Foi muito difícil essa negociação. Eu me lembro, em um dos momentos finais, isso em julho de 98, quando já estavam se definindo possíveis pontos de... já tinha havido o afastamento das tropas, isso já estávamos nos finais, reuniões... O Presidente Fujimori foi à Brasília e estava sendo feita uma negociação muito grande, inclusive, com a participação de militares, de definição de determinados pontos de desengajamento de tropas, de neutralização de áreas. Estava o Presidente Fujimori em Brasília em reunião com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o grupo no Peru, o grupo no Equador atuando, os garantes no Peru, os garantes em Lima, os garantes em Quito. Houve um determinado momento em que se produziu o endurecimento de posições do lado peruano com o Presidente Fujimori em Brasília. Houve uma reação do lado equatoriano de que “então nós vamos abandonar essa conversa”. Eu me lembro que eu telefonei para Brasília e falei com um dos principais negociadores nossos que era o embaixador Ivan Canabrava, que era o subsecretário político, eu disse: “Está acontecendo isso, é importante que isso se saiba aí e que, na conversa com o Presidente Fujimori, se mencione o fato de que o endurecimento pode provocar um retrocesso em um momento importante dessa negociação”. De fato, ocorreu, depois as coisas se resolveram. Mas eu lembro que em determinado momento, um importante chefe militar equatoriano... As reuniões estavam sendo em um hotel antigo que tem em Quito, um dos primeiros hotéis grandes de Quito, Grande Hotel Quito, e esse chefe militar equatoriano me disse: “Embaixador, eu vou me retirar daqui”. Eu olhei para ele e disse: “General, só sobre o meu cadáver o senhor sai daqui”. [risos] Eu disse brincando, mas eu realmente disse com certa ênfase para ele, porque isso poderia ter provocado uma interrupção que era absolutamente nefasta naquele momento. Então, as negociações foram muito intensas durante esses três anos. Nós tivemos as reuniões dos negociadores a nível de subsecretário, tinham as reuniões dos chanceleres, os Presidentes se comunicavam, os embaixadores em Lima e em Quito atuavam permanentemente em contato com as autoridades locais. Eu me lembro que nos primeiros três meses, sobretudo fevereiro, março, abril, eu instaurei um regime de plantão permanente na Embaixada. Nós trabalhávamos, passamos três meses trabalhando todos os dias, inclusive aos fins de semana, ninguém podia sair – não saía de Quito nem para ir a vinte quilômetros fora. Trabalhávamos todos os dias porque era muito importante, era muito intensa a negociação e era muito importante essa presença permanente dos garantes para evitar que houvesse a renovação do conflito.

M.T. - E as reuniões quase diárias com o governo equatoriano, os quatro garantes sempre...?

O.C. - Sempre os quatro garantes.

O.S. - Então, havia uma comunicação prévia entre os quatro?

O.C. - Nós tínhamos reunião de coordenação todo santo dia. Todo dia nós tínhamos reuniões, os quatro embaixadores. Praticamente todo dia tínhamos reunião de manhã, de tarde, à meia-noite. Eu me lembro uma vez, logo no começo do conflito, eu estava em casa, era dez e meia da noite, me ligou o ajudante de ordem do Presidente do Equador (na época era o Sixto Durán Ballén) e me disse: “O Presidente está muito preocupado, ele queria conversar com os embaixadores dos países garantes. Nós estamos chamando os senhores”. Eu disse: “Claro, nós iremos imediatamente para o Palácio Presidencial”. E nós fomos ao Palácio Presidencial. Eu me lembro até que o meu colega argentino era um encarregado dos negócios com o embaixador, eles estavam entre embaixadores, o encarregado dos negócios da Argentina, recém-chegado, me disse: “Eu não sei como chegar ao Palácio Presidencial agora, a essa hora da noite”. Eu disse: “Você vem aqui em casa, nós saímos, eu te levo”. Porque eu estava cansado de saber o caminho. Ele chegou, nós fomos, chegamos e era onze e tanta da noite.

Entramos no Palácio Presidencial e fomos recebidos pelo Presidente da República, que já estava em trajes menos formais, muito preocupado. Ele falou: “Eu recebi uma informação de que está havendo uma movimentação muito significativa. Está havendo insinuação na fronteira. Eu estou muito preocupado, precisando saber o que está acontecendo”. A observação militar já estava no local. Eu telefonei para o general brasileiro, porque – realçando mais uma vez a importância o papel do Brasil – o Brasil também coordenou a missão de observação militar Equador-Peru.

M.T. - Quem coordenou essa missão?

O.C. - Vários generais. Sete ou oito generais, inclusive o general Albuquerque que foi comandante geral do Exército e foi um dos últimos coordenadores. Aliás, não chamamos de comandante da missão para evitar algumas suscetibilidades, sobretudo por países importantes todos que faziam parte. Então, nós éramos todos coordenadores: os embaixadores coordenavam, os militares também coordenavam. Eu telefonei e o general me disse: “Não, o senhor pode garantir ao senhor Presidente que a situação está calma”. Então nós dissemos ao Presidente: “Olha, nós temos informação que não há nada”. Porque havia também muita *desinformação*. Nesse período de grande tensão entre os dois países havia desinformação, havia setores internos também que gostariam que a situação se deteriorasse ainda mais para provocar um desenlace de força. Então a situação era muito complexa. Mas foi fascinante, eu diria que uma das melhores coisas que eu fiz durante a minha carreira diplomática foi essa atuação.

O.S. - Só para entender, o senhor ligou do Palácio Presidencial para o general...?

O.C. - Que estava na fronteira.

O.S. - Imediatamente?

O.C. - Imediatamente. Para que ele me desse uma ideia se estava acontecendo alguma coisa, se existia alguma movimentação, havia troca de tiros... Algum incidente ocorrendo. Ele me garantiu que não e a coisa, então, se acalmou.

O.S. - E havia, durante todo esse processo, tensão, em algum momento, entre os coordenadores? Porque são quatro países também com visões possivelmente diferentes em relação ao conflito.

O.C. - Eu não diria que existiam tensões, mas havia, às vezes, diferenças de pontos de vista ou determinados nuances, diferentes. Dependia muito também da personalidade dos negociadores. Eu me lembro de um grande negociador americano, Luigi Einaudi, de quem eu me tornei amigo porque, além de ser um grande diplomata, é um grande intelectual, de peso. Uma pessoa muito agradável. Mas ele tinha um papel importante nessa negociação, como nos outros países também tinham secretários.

M.T. - Ele era o principal?

O.C. - Em um determinado momento ele era o principal participante nas negociações entre os subsecretários e era o principal negociador americano.

O.S. - Durante toda essa mediação, qual foi o debate público aqui? Em algum momento algum documento vazou?

O.C. - Houve, houve um documento que vazou sim. [riso] Eu não me lembro exatamente em que circunstância, eu sei que ele vazou e isso causou um certo incomodo. Mas eu acho que ele foi bem resolvido, porque deliberadamente decidiu-se não atribuir importância ao vazamento e àquilo que estava contido dentro do vazamento.

O.S. - Mas havia, sim, um interesse já no debate público?

O.C. - Havia, havia porque já havia um compromisso, um comprometimento do Brasil, inclusive, em termos de infraestrutura. Porque nós compramos helicóptero especialmente para participar da missão de observação militar. Nós compramos dos Estados Unidos. No final, a infraestrutura da missão de observação militar – helicópteros, caminhões pesados – isso foi o aporte brasileiro. Além do aporte em recursos humanos e da chefia, da coordenação da missão de observação militar, nós demos um aporte importante em termos logísticos e de material. Nós tínhamos permanentemente um avião da força aérea brasileira à disposição do general brasileiro, era um avião pequeno, era um Cessna para transporte militar. Mas nós tínhamos aviões da força aérea brasileira que faziam permanentemente um sistema de correio, de provisionamento do pessoal militar nosso que estava lá. A missão de observação militar, é um fato curioso também, utilizou umas instalações que tinham sido construídas pela Andrade Gutierrez no Equador, para a construção da estrada que existe naquela região. Você sabe que as construtoras brasileiras realmente fazem uma infraestrutura de primeira qualidade quando elas vão trabalhar no exterior? Eles construíram uma vila. Tinha tudo na vila, tinha instalações para supermercados. Isso foi dado para o Exército equatoriano e o Exército equatoriano, quando veio a missão de observação militar, cedeu essa vila toda na região, que tinha sido construída pela empresa brasileira, para a missão de observação militar: tinha pista de pouso e tudo. Aí você já tinha um aporte brasileiro grande, uma presença nossa na construção de uma estrada na Amazônia equatoriana. Mas fora isso, o nosso apoio logístico, em matéria de infraestrutura da missão, foi super significativo. Então havia um interesse porque você tinha participação importante, você tinha um aporte de recurso, você tinha a presença de tropas brasileiras e você tinha a coordenação do Brasil.

M.T. - Essa missão durou até quando?

O.C. - Até o final do conflito.

M.T. - Durou, então, dois anos e meio.

O.C. - Mais, porque a missão começou... Eu diria que ela chegou em março de 95 e ela deve ter terminado até o final de 98, porque até você desmontar a estrutura, tirar as coisas todas. Foram uns três anos, mais de três anos.

O.S. - Havia, no Brasil, uns articuladores de opinião pública que diziam que isso era demais, o Brasil não devia se meter, era uma coisa que não fazia parte, vamos dizer, do interesse nacional brasileiro?

O.C. - Não, eu acho que isso era impossível de dizer. Eu não me recordo.

O.S. - Certo. Mas não havia uma resistência?

O.C. - Eu acho que não, porque é impossível dizer que o Brasil não deve se meter ou não deve se interessar por um conflito que está nas suas fronteiras, que atinge dois vizinhos importantes. Você poderia dizer isso se o Brasil fosse atuar na fronteira do Butão com a Índia. Entre Peru e Equador ou qualquer tema na América do Sul, eu acho que ninguém vai se aventurar a dizer que não cabe ao Brasil ter uma participação. E na época, eu não me lembro, realmente não me lembro. Talvez, recentemente a gente viu no caso do Haiti, algumas vozes dizendo: “Bom, já é tempo do Brasil sair. Aplicou muito dinheiro e etc.”. Eu acho que está errada essa crítica, eu acho que nós fizemos muito bem de estar no Haiti e devemos continuar até o final porque faz parte desse novo papel que o Brasil tem na nossa região. Mas na época eu não me lembro, assim, de grandes objeções e resistências a nossa participação. Eu acho que para as Forças Armadas Brasileiras foi excelente, porque demonstraram um grande profissionalismo e permitiu uma experiência em um processo que era diplomático-militar bastante importante.

M.T. - E qual foi o papel dos Estados Unidos nesse processo inteiro? Havia alguma resistência à participação deles constante?

O.C. - Não, não havia, porque eles eram garantes, quer dizer, eles estavam lá de fato e de direito. Não estavam se intrometendo em algo que não lhes diziam respeito. Mas eu acho que a posição e a atuação deles foi muito construtiva em todo processo. Vamos ser francos, não é fácil para uma potência global, para a superpotência, atuar dentro de um processo mais amplo, com mais outros três países (é um conjunto pequeno, mas de qualquer maneira é um conjunto de países), dispondo dos poderes de convencimento que eles têm. Mas eu acho que eles atuaram de uma maneira bastante equânime, sempre de uma maneira bastante construtiva. É claro que em determinadas ocasiões os pontos de vista, como eu disse antes, e as propostas, às vezes, não eram iguais entre os quatro países garantes. Mas no final sempre se atuou na base do consenso, não havia um racha significativo ou traumático dentro do contexto dos países garantes. Havia diferenças de opinião, algumas iniciativas, às vezes, um pouco mais individuais, mas nada disso afetou a natureza cooperativa do processo.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

O.S. - Alberto Fujimori considerou o acordo com um dos grandes, um dos pontos principais da gestão dele, não é? Ele, depois, inclusive, falou bastante desse acordo como uma coisa positiva da gestão dele. Agora, uma última pergunta que eu queria fazer sobre o episódio é que há certa instabilidade política no Equador nessa época e o Presidente que acabou assinando o contrato não foi o mesmo...

O.C. - Não, não foi. Foi o Jamil Mahuad, que depois foi derrubado.

O.S. - Exato. Como se deu esse processo? Em que medida isso complicou também todo o processo?

O.C. - Olha, eu fui embaixador no Equador de agosto de 94 a janeiro de 99, quando eu voltei ao Brasil, no início de janeiro de 99. Eu convivi com quatro Presidentes equatorianos. Sixto Durán Ballén, eleito democraticamente, que durante muito tempo foi o Presidente equatoriano que terminou o seu mandato constitucional. Foi eleito Abdalá Bucaram, cujo governo durou seis meses, e foi deposto por uma revolta militar popular. Durante quatro dias assumiu a vice-presidente, Rosalía Arteaga, que era a vice-presidente do Abdalá Bucaram, que foi afastada pelos militares e aí assumiu o Presidente do Congresso, que era o Fabián Alarcón. Depois do Fabián Alarcón foi eleito o Jamil Mahuad, que também não terminou o mandato dele. Quer dizer, eu já te falei em cinco presidentes se eu contar o intervalo de quatro dias da Dona Rosalía Arteaga. É interessante que esse processo de estabilidade política não chegou a afetar profundamente o processo de mediação e o processo de paz. Não é que o processo tivesse ficado encapsulado. Evidentemente que ele sofreu alguma influência do fato de que você tinha governos equatorianos que se sucediam, alguns com uma legitimidade, vamos dizer assim, menos evidente. Mas, de qualquer maneira, eu acho que havia um interesse, sobretudo houve um interesse dos diferentes governos equatorianos - mesmo do Abdalá Bucaram que é de Guayaquil e ligado aos setores nacionais de Guayaquil - talvez por falta de alternativa, de continuar nesse processo de paz. Vou contar um episódio interessante também. A primeira visita que eu fiz a Guayaquil depois que eu cheguei ao Equador. Eu fui a Guayaquil, claro, para visitar as autoridades, lideranças locais, porque Guayaquil é o centro econômico mais importante do Equador e tem grandes lideranças políticas, empresariais e econômicas. E eu pedi uma entrevista com o Abdalá Bucaram, porque era um dos líderes políticos, herdeiro de uma dinastia política já no Equador. Ele não recebia praticamente, mas eu tinha sorte que o nosso cônsul honorário era aparentado com a família do Abdalá Bucaram e ele me conseguiu esse encontro na casa de um parente. Foi muito interessante esse encontro. Era um processo ainda pré-eleitoral. Ele devia ter uns sete por cento de intenções de votos e no decorrer da conversa, estávamos conversando sobre o problema fronteiro e ele me apresentando posições muito próximas dos nacionalistas de Guayaquil dizendo: “Ah, o Protocolo do Rio de Janeiro não vale. É de 1942 e ele é abusivo, o Equador perdeu muito”. Me deu uma certa preocupação, mas não fiquei muito preocupado porque ele tinha sete por cento de intenção de votos. Aí, no decorrer da conversa ele disse: “Porque, embaixador, eu vou ser o próximo Presidente do Equador”. Eu não me lembro que cara eu fiz na hora ou que reação eu tive, talvez de

incredulidade. [riso] Ele olhou bem nos meus olhos e disse: “Embaixador, eu estou lhe dizendo, eu vou ser o próximo Presidente do Equador”. E foi. Mas ele não criou problemas, não chegou a criar.

O.S. - Ou seja, ao assumir o poder, ele acabou adotando uma posição mais moderada.

O.C. - Eu acho que havia certa inevitabilidade ali na continuação do processo. E mesmo assim ele não teve tempo para criar outra frente de problemas para ele, porque ele teve problemas políticos internos graves durante os seis meses. Um homem de um voluntarismo extraordinário e, eu diria, com uma equipe muito pouco preparada para exercer o governo na época. Então, o processo foi continuando, e não houve, no decorrer dessas sucessivas administrações que governaram o Equador nesse período, grandes dificuldades para nós chegarmos ao final do processo. Eu me lembro que quando nós decidimos comunicar os governos que os garantes tinham chegado a uma decisão sobre o que deveria ser a conclusão do processo e a definição da fronteira, o Presidente Jamil Mahuad organizou uma reunião no Palácio Presidencial. Fomos os quatro embaixadores e eu, como coordenador dos garantes, fui entregar em mãos o envelope fechado ao Presidente que continha essa nossa proposta de solução, que era, praticamente, mandatória. Foi aberta, lida e causou certa surpresa, porque alguns setores equatorianos esperavam mais. Mas não houve uma contestação imediata ou reações contrárias de alguns setores equatorianos, mas por parte do governo equatoriano não houve contestação ao que tinha sido proposto. Porque no fundo o que houve foi a manutenção da linha, a concessão de um quadrilátero simbólico para o Equador nessa região de Tiwintza, em que houve uma batalha que os equatorianos consideraram importante que eles ganhassem. Um incidente importante que eles teriam ganho. E houve um pacote todo de propostas de cooperação que incluía um acesso equatoriano mais fácil a determinados rios da região amazônica, cooperação fronteiriça. Uma série de coisas que compunham, não é? Além da resolução do tema da linha fronteiriça, compunha um pacote mais amplo.

M.T. - É impressionante que as negociações não foram mais utilizadas como armamento político em todas as crises políticas no Equador. Por que o processo ficou tão isolado?

O.C. - Eu não diria que ele ficou encapsulado, como eu disse antes, ele não ficou totalmente isolado, mas no essencial ele foi imune a essas oscilações políticas no Equador. Porque eu acho que havia, nos extratos dominantes, nos setores dominantes da sociedade equatoriana, uma consciência de que era necessário acabar com esse conflito, que esse conflito era muito danoso. Era danoso para os dois países, era danoso para o Equador também, que era, talvez, uma página, por mais dolorosa que fosse, que tinha que ser virada.

M.T. - E durante essas crises internas, o Brasil se engajava de uma maneira mais direta ou ficava em um papel de observador?

O.C. - Nesse momento não, nós não nos engajávamos, depois, em outros, aí eu já não estava mais tratando desse assunto, momentos em que o próprio Lucio Paredes, [que foi presidente],

se exilou na embaixada do Brasil em Quito. Mas isso aí é depois. Isso eu não segui muito de perto porque eu estava em outro lugar.

M.T. - E era consciente esse “não se envolver muito”?

O.C. - Não, não havia porque nós nos envolvemos nisso. Não havia necessidade e nem oportunidade. Os conflitos estavam sendo resolvidos internamente da melhor ou da pior maneira possível, mas não havia necessidade porque estava havendo de uma sucessão seja através do golpe de forças, seja através de eleições. Estava havendo uma sucessão. Ou seja, através dos mecanismos constitucionais equatorianos.

M.T. - Não houve ruptura constitucional?

O.C. - Houve, na medida em que você derrubou o Abdalá Bucaram, que tinha sido eleito pelo povo equatoriano. Ele foi derrubado. A sucessão natural, qual seria? A vice-presidente Rosalía Arteaga. Deixaram ela no poder quatro dias. Aí afastaram do poder. No fundo houve um golpe aí e aí assumiu o Presidente do Congresso, mas não assumiu um chefe militar nada disso. Quer dizer, houve uma sucessão, vamos dizer, forçada, mas dentro de um mecanismo político.

M.T. - E o Brasil não viu necessidade de se envolver?

O.C. - Não. A nossa grande preocupação no momento... É óbvio, nós tínhamos uma preocupação com a estabilidade política do Equador, mas a nossa preocupação básica era que se mantivesse o processo de paz. Esse continuou.

M.T. - Certo. Eu queria só mais uma pergunta sobre Peru e Equador e essa é mais uma pergunta de percepção realmente. Havia a ideia de que o envolvimento brasileiro nesse caso do Equador era excepcional por conta do Protocolo do Rio de Janeiro ou, dentro da lógica da política externa de Fernando Henrique e de Lampreia, se isso era um passo significativo em um novo papel brasileiro na região? A gente falou que o controle da inflação, a própria estatura do Fernando Henrique contribuíram para o Brasil conseguir ter um papel maior na região. Esse momento era visto internamente como um primeiro passo para um papel mais significativo na região, ou era visto como excepcional?

O.C. - Não, excepcional ele não era, ele era irrecusável no momento em que nós éramos membros de um esquema de mediação que era o mecanismo dos garantes dentro do Protocolo do Rio de Janeiro. Então, ele era irrecusável. Nós não podíamos fugir desse nosso papel independentemente do que estivesse sendo a nossa vontade naquele momento. Não era um ato de vontade, nós tínhamos que participar daquele processo. Mas também nos facilitou muito essa vocação internacionalista do governo Fernando Henrique Cardoso, a estatura do Presidente, a própria vocação do ministro das Relações Exteriores no momento, que era o Lampreia. Então, isso foi uma conjunção de fatores; primeiro era irrecusável e depois... E ao ser irrecusável, ele se beneficiou do fato de que havia um governo que, sim, achou que aquele não só era irrecusável, como era um momento importante para o Brasil atuar na solução de um

conflito que estava opondo dois países vizinhos da nossa circunstância geográfica imediata e com os quais nós tínhamos interesses recíprocos muito fortes.

M.T. - E isso ajudou a desenvoltura do resto governo Fernando Henrique na região?

O.C. - Eu acho que sim, eu acho que foi o exemplo de atuação diplomática, ainda que em companhia de outros países importantes, mas eu acho que foi irrecusável que o papel do Brasil foi fundamental e isso adicionou a nossa projeção internacional e, sobretudo, regional.

O.S. - Logo depois a gente teve a crise no Paraguai. Já durante a mediação, na verdade, durante todo o processo, a partir de 96 existe a pressão do general Oviedo¹, a gente tem uma instabilidade do Presidente Wasmosy na época, que é o primeiro Presidente democraticamente eleito no país. Então, o Brasil de fato começa a atuar paralelamente em vários países.

O.C. - Bom, no caso do Paraguai é outra inevitabilidade. Eu acho que nós temos que ser muito cuidadosos sempre em qualquer tipo de atuação em conjunturas internas do Paraguai por razões óbvias. Nós temos uma história em comum com o Paraguai dolorosa historicamente e, hoje, do ponto de vista econômico, é absolutamente visceral. Com o Paraguai nós não só temos Itaipu em comum, responsável por dezoito por cento do fornecimento de energia para a região sudeste do Brasil, mas nós temos estudos de fronteira, nós temos os brasiguaios. Então, tudo o que acontece no Paraguai não pode deixar de interessar ao Brasil. Agora, como atuar? Nós temos que ser muito cuidadosos, nós temos que atuar se solicitados e algumas vezes se isso *nos* foi solicitado. Quer dizer, nós não atuamos porque quisemos, mas porque achamos que era conveniente, porque nos sinalizaram que era desejável, mas nós temos que ter muito cuidado com relação a isso. Mais recentemente, nós tivemos o exemplo da última crise do governo Lugo. Então, temos que ter bastante cuidado, não é? Quer dizer, na crise mais recente, houve uma atuação da Unasul em um momento que tinha havido já uma evolução interna no Paraguai bastante expressiva. Quer dizer, o Lugo praticamente já tinha aceitado a inevitabilidade do seu afastamento. E determinados mecanismos institucionais no Paraguai que, a gente goste ou não goste, acabaram funcionando. Por isso que a gente tem que ter certo cuidado, tem que se escolher o momento de atuar. Você não pode atuar prematuramente, também não pode atuar quando já não adianta. Deve atuar se for solicitado ou se você encontrar maneira de poder atuar legitimamente e com efeitos positivos, porque atuar para você ter efeitos negativos é melhor não atuar.

O.S. - Exato. Houve, durante essa época, uma comunicação, ou seja, o secretário-geral teve que dedicar tempo à situação entre Equador e Peru e ao mesmo tempo essa situação no Paraguai, não é?

O.C. - Eu imagino que sim. Nessa época eu estava no Equador, eu acompanhei de longe, mas é óbvio que sim. Eu me lembro, por exemplo, na época do afastamento do Stroessner², o Paulo

¹ O General Oviedo foi um político e general paraguaio, comandante do exército do país de 1993 a 1999.

² Alfredo Stroessner foi ditador do Paraguai entre 1954 e 1989.

Tarso Flecha de Lima teve uma importantíssima atuação. Isso aconteceu no carnaval. Não havia ninguém em Brasília, eu era o chefe de cerimonial do Itamaraty na época, e não tinha saído de Brasília. Estava um tempo feio, horroroso, chovendo em Brasília e o Paulo Tarso me ligou - eu acho que era um sábado de carnaval, uma coisa assim, não estou lembrado exatamente, eu sei que era no carnaval - me dizia assim: “Venha aqui para minha casa que nós precisamos conversar, temos que montar uma operação”. Eu, chefe de cerimonial, falei: “Que operação que vamos montar?”. [risos] Eu fui. Mas aí a operação era a retirada do Stroessner do Paraguai e levá-lo... Ele ficou em uma casa de hóspede de Furnas, em Minas Gerais. Ele foi levado para lá. E o Paulo Tarso disse assim: “Você tem alguém aí que você possa mandar?”. E eu mandei o meu segundo do cerimonial que era muito safo - hoje ele é embaixador do Brasil de Madri, o Paulo Campos, que foi chefe de cerimonial da Presidência do governo Lula, para montar e organizar o esquema de recepção e tudo. Eu não participei da atuação mais política, mas mais na atuação de organização da infraestrutura para recebê-lo. Mas acompanhei porque estava lá na casa do Paulo Tarso. Quer dizer, o Paulo Tarso teve uma atuação bastante importante nisso. Quer dizer, o governo brasileiro, na época, atuou de forma a esvaziar um momento de tensão que era complicado para o Paraguai e ao ser complicado para o Paraguai, se transforma em complicado para o Brasil.

O.S. - Isso foi em que ano?

O.C. - Isso que estou te falando, eu acho, de 89.

O.S. - Então, realmente no Paraguai 96 não era a primeira vez, obviamente, que havia uma atuação assertiva por parte do Brasil.

O.C. - Não, não era a primeira vez. Quer dizer, você teve um período enorme de estabilidade no Paraguai que foi todo o governo Stroessner. [riso] Depois que o Stroessner saiu, sim, aí você começou a ter momentos de maior instabilidade política no Paraguai: você tem o caso do Wasmosy, que foi uma Presidência muito agitada que depois de asilou no Paraná; você teve o Raúl Cubas, que também veio para o Brasil... Então, nós, nesses momentos, o que procuramos fazer é, sempre com muito cuidado, ajudar. É uma característica da atuação do Brasil, nós não atuamos, não queremos atuar nessas ocasiões por protagonismo puro ou porque nós achamos que somos os paladinos de determinados princípios. Não é isso. Nós defendemos determinados princípios, mas eu acho também que a gente tem uma visão muito pragmática de como nós devemos atuar nesses momentos.

O.S. - Certo, vamos, então, para a Venezuela?

O.C. - Vamos subir para o norte do continente. [riso]

O.S. - Em dezembro de 2001, o senhor deu uma aula no Instituto Rio Branco e já mencionou a crise na Venezuela. O senhor disse que o Chávez já, naquela época, enfrentava certa resistência e disse que era importante manter o diálogo entre todos os envolvidos. Naquela época, já se sentia que o governo do Chávez passava por uma crise com a possibilidade, de

repente, do Brasil se envolver. Ou seja, o que aconteceu em abril de 2002 não foi algo que surpreendeu todo mundo. O senhor já teve uma noção de que isso poderia acontecer?

O.C. - Nós sabíamos que alguma coisa ia acontecer e eu vou lhe dizer o porquê. Nós já estávamos preocupados com a deterioração do ambiente político na Venezuela, nós considerávamos o governo Chávez um governo legítimo, eleito democraticamente, tínhamos muito boas relações com o Chávez e com seu governo. Já tínhamos interesses econômicos muito importantes na Venezuela, na área fronteiriça. A relação entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Chávez era muito boa. O Presidente Chávez brincava, chamava o Presidente Fernando Henrique de *mi maestro*. Era uma relação bastante intensa e eu diria uma relação bastante fluida. Já no final de 2001, nós tínhamos essa preocupação com a polarização do ambiente político.

O.S. - Depois de o senhor assumir a posição de secretário-geral, não é?

O.C. - É. Eu assumi em outubro e já nesse fim de ano de 2001 a situação já estava muito mais tensa na Venezuela. E nós fomos acompanhando isso com certa preocupação e em março, nós programamos uma reunião de consultas políticas com a Venezuela, era a 9ª Reunião de Consultas Políticas no nível de vice-chanceleres no caso dele; no nosso caso, secretário-geral das Relações Exteriores: eu. E programamos essa reunião e eu fui para Caracas no dia 23 de março e fiquei até, eu acho, dia 27. Mas a intenção do governo brasileiro, e essa foi a intenção do ministro Celso Lafer na época, inclusive, por determinação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, era de que essa minha visita servisse também para tomar o pulso da situação. Então, eu fui para participar da 9ª Reunião de Consultas Políticas, que realmente se realizou. O secretário-geral da chancelaria venezuelana, na época, era um militar. Mas antes dessa reunião que foi no dia 26, eu acho, eu tenho as datas aqui, eu fiz uma rodada de conversas e, por coincidência, a primeira conversa que eu tive organizada pelo embaixador Rui Nogueira... A primeira pessoa com que eu entrevistei, que estava de férias na Isla Margarita, mas voltou a Caracas para se entrevistar comigo foi o Pedro Carmona, que veio tomar um café da manhã na embaixada. Eu já tinha o conhecido antes, no meu período na Venezuela, porque ele teve uma atuação na área econômica da chancelaria venezuelana e na área das relações econômicas e internacionais da Venezuela e era o presidente da Fedecamara - um dos centros da insatisfação com o governo Chávez. E essa reunião com o Pedro Carmona foi na embaixada do Brasil, em uma manhã na embaixada do Brasil em Caracas, na residência do embaixador, foi muito interessante porque eu reencontrei o Pedro Carmona, que era uma pessoa muito agradável, de trato muito agradável. Nós tivemos uma conversa em que ele expressou as insatisfações do empresariado venezuelano com a situação, que ele via uma situação econômica que não era tão brilhante, havia indícios políticos de autoritarismo. Bom, aquelas posições todas da oposição venezuelana. Mas ele me disse uma coisa que eu achei muito importante e que depois eu achei que se confirmou em um outro episódio que eu comento em seguida. Ele me disse literalmente o seguinte: que ele se surpreendia muito com o papel que estava se tentando atribuir a ele; que ele não se via, pessoalmente, investido desse papel de líder de um

movimento contrário ao Presidente Chávez, ele não se via nesse papel. Ele me comentou o seguinte: que tinha ido recentemente ao Teatro Teresa Carreño - que é o grande teatro de Caracas- e tinha sido aplaudido; e que realmente ele não se sentia bem nesse papel, ele não achava que estava bem nessa situação, não se via nesse pedestal. Eu achei isso muito interessante e confirmei que talvez ele tivesse razão nisso. Creio que foi no dia 12 de abril, a CNN fez uma entrevista com ele e ele apareceu muito inseguro a mim. Eu vi essa entrevista, eu estava em Brasília, no Itamaraty, e eu comentei com algum assessor que estava comigo que alguma coisa de muito grave devia estar acontecendo com relação àquela nova autoridade investida, porque ele estava gaguejante, estava absolutamente inseguro e eu notava um ar assustado. Porque aquilo foi um golpe de Estado, inegavelmente foi um golpe de força, um golpe de Estado contra um governo legitimamente constituído.

M.T. - Com quem mais o senhor se encontrou nessa viagem?

O.C. - Olha, eu me encontrei com muitas pessoas. No dia 24, eu me encontrei com o Pedro Carmona, era o presidente da Fedecamaras³. No dia 26, eu estive com o arcebispo de Caracas.

M.T. - Também desempenhou um papel...

O.C. - O Cardel Ignacio Velasco que assinou a ata do novo governo, coisa da qual ele se arrependeu posteriormente - não sei se muito ou pouco, mas se arrependeu. Nesse mesmo dia, também estive com o núncio apostólico. Também estive, no dia 26, com o presidente da associação bancária que era o Ignacio Salvatierra. Estive com o ex-chanceler, Miguel Angel Burelli Rivas, que dirigia um centro de estudos da Universidade Simón Bolívar, tinha sido chanceler, é uma personalidade importante, tradicional da política venezuelana. Estive também com três representantes da imprensa: eu estive com o Miguel Otero, que era presidente do Diário El Nacional, nesse mesmo dia 26; com o Alberto Federico Ravell, que era da Globovisión; e com o Teodoro Petkoff, que era do Tal Cual. Ainda, desculpe, no dia 24, eu estive com o Emilio Figueredo, que era irmão do Reinaldo Figueredo, e ele dirigia um boletim chamado Venezuela Analítica. E no dia 25 eu estive com representantes da sociedade civil. Também tive a minha reunião de consultas políticas que era com o vice-chanceler, Arévalo Mendes Romero que era um militar da carreira. Então, essa minha viagem me permitiu formar, quer dizer, a mim, uma visão do que estava ocorrendo na Venezuela, que eu considerei que era extremamente grave. Transmiti não só por comunicações a Brasília, mas quando eu voltei eu fiz um relato dessa viagem. Então, nós sabíamos que a situação era muito tensa, porque nesses encontros... É claro, que eu encontrei com personalidades do governo venezuelano, tive reunião de consultas. Mas nessa reunião com representantes da sociedade civil, praticamente todos eram da oposição: Teodoro Petkoff, Alberto Federico Ravell, Miguel Otero, Miguel Angel Burelli Rivas, até o arcebispo de Caracas - a Igreja teve um papel importante ali. Então, verificamos que havia um amplo leque, pelo menos determinados setores da sociedade civil, que eram contrários ao governo do Presidente Chávez, aos rumos que as coisas estavam

³ Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela.

tomando e criticavam determinados aspectos da gestão econômica e muitos aspectos da atuação política e etc. Então, nós já estávamos preparados, mais ao menos, para o que vinha, para o que aconteceu no dia 11 de abril. Em um primeiro momento, entre 11 e 14 de abril, houve momentos de grande confusão, porque ninguém sabia bem o que estava acontecendo. Vocês lembram que houve o episódio se o Chávez assinou ou não assinou a famosa carta de renúncia. A filha do Chávez disse que não assinou, ficou preso. Tem a história do cabo do Exército que conversou com ele que disse: “O senhor renunciou?”. Ele disse: “Não renunciarei jamais”. E o cabo saiu e contou para fora. O fato de que os meios de comunicação venezuelanos, na sua grande maioria, estavam a favor do golpe e não reportavam as manifestações contrárias ao golpe. Então, havia um momento de grande confusão. Você não sabia por que, por exemplo, um comunicado inicial do governo brasileiro não fala no Presidente Chávez? Porque, no momento, não sabia se ele tinha renunciado ou não. Nesse primeiro comunicado se fala na manutenção da institucionalidade democrática e, se fosse o caso, na realização imediata de eleições livres. Por que se fala nisso? Eu já vi alguma crítica de esquerda por aí dizendo: “Ah, o governo Fernando Henrique Cardoso hesitou, não defendeu o Chávez”. Mas se havia informação de que o Presidente Chávez tinha renunciado, o que você tinha que fazer? Você tinha que dizer exatamente o que se disse: defender a institucionalidade democrática, os direitos humanos e retomar a normalidade democrática através de eleições. Mas logo depois disso evoluiu, porque nós tivemos declarações brasileiras, mas tivemos também reuniões na OEA e reuniões no Grupo do Rio. Eu acho que um dos grandes equívocos, não sei se pode se chamar de equívoco (eu acho que foi tudo errado naquele golpe), é que o golpe coincidiu com a cúpula do Grupo do Rio em São José da Costa Rica. Então, já estava montado todo um esquema multilateral de condenação do golpe.

M.T. - E logo depois da Carta Democrática da OEA.

O.C. - E logo depois da Carta, meses depois da Carta Democrática que é de 2001, acho que de setembro, não é? Setembro de 2001.

M.T. - Isso.

O.S. - Mas isso apoiaria a tese de que não havia de fato uma preparação de longo prazo, não é? Ou seja, o Carmona parece, no final de março, não ter uma noção. Inclusive, militares indicaram ele, os militares que nem o conheciam muito bem. Então, essa decisão, na verdade, de coincidir com essa reunião... Isso apoia a tese de que não havia de fato um planejamento cuidadoso desse processo.

O.C. - Eu acho que foi um processo atabalhado, um processo totalmente atabalhado, muito mal preparado, felizmente, porque não deu certo. Mas por que o Carmona? Vamos perguntar: por que o Carmona e não um militar, não outra pessoa? Eu acho que o Carmona, na época, era uma pessoa que transitava em diferentes setores, presidente da Federação Empresarial, eles queriam dar, eu acho, um sinal para a opinião pública internacional... Era uma personalidade civil, era uma personalidade empresarial - se bem que ele não era empresário, ele sempre foi,

vamos dizer assim, um alto executivo de grandes empresas. Mas vamos dar um sinal, inclusive, para quem? Para os Estados Unidos, de que nós temos uma liderança civil, uma liderança pró-mercado. Isso poderia funcionar nesse sentido. Agora, foi tudo muito mal organizado. Eu não sei se vocês chegaram a ver na televisão como a cerimônia de posse do Carmona foi, se você quiser que eu transcreva em termos gráficos, uma reunião do *Country Club* do Palácio de Miraflores. Porque eu estou dizendo isso? Era um ambiente de euforia de umas senhoras extremamente elegantes, muito bem vestidas na primeira fila - para quem viu na televisão como eu vi - aqueles senhores todos de gravata Hermès. Você via ali um retrato de determinada parcela da elite venezuelana - como se poderia dizer dos Bourbon na França Bourbonica depois da revolução - que não esqueceram nada, que não aprenderam nada e estavam ali tomando o poder de novo. Isso, para a opinião pública, no geral, na Venezuela o Chávez, ficou demonstrado depois, tinha a maioria da população venezuelana ao seu lado. Era uma ofensa. Aquela cerimônia pública, começa por aí, nesse *display* elitista e depois os atos de dissolução do Legislativo e do Judiciário. Quer dizer, puseram um papel na frente do Carmona... Eu acho que é isso mesmo, ele tinha razão, ele não estava preparado para isso. Ele era ali o símbolo de um esquema que o colocou ali, um esquema extremamente conservador e revisionista, se você quiser, reacionário que queria voltar tudo atrás, voltar àquele esquema da velha política venezuelana, que você observou e que eu observei, que era o esquema das cúpulas dos dois grandes partidos que resolviam politicamente quem era candidato, quem não era. Era uma democracia, mas era uma democracia limitada por alguns defeitos muito graves. Então, realmente, o golpe foi mal planejado, a oportunidade péssima e as iniciativas desastrosas. Por isso fracassou da maneira retumbante que fracassou e foi muito bom para a institucionalidade democrática na América Latina, porque provou que não se faz mais assim na nossa região.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

O.C. - Entre outras razões, porque havia esse aspecto terrivelmente revisionista e reacionário, e todas as demonstrações públicas que eles puderam dar disso eles deram.

O.S. - Sim, exato.

O.C. - E atitudes autoritárias e ditatoriais. Que não combinavam.

M.T. - E eles acharam que tinham mais apoio do que realmente tinham?

O.C. - Eu acho que internamente eles achavam que tinham mais apoio do que eles tinham, o que se revelou falso, e externamente foi um fracasso, porque houve uma ação precipitada dos Estados Unidos e da Espanha, absolutamente precipitada. Eu acho que foi fundamental para a perda do prestígio político dos Estados Unidos na Venezuela. Isso tem repercussão até hoje, esse apoio. É óbvio que estamos falando de uma administração norte-americana conservadora. No Departamento de Estado ali nós tínhamos pessoas...

M.T. - Otto Reich, particularmente.

O.C. - O Otto Reich, Pardo-Maurer.

O.S. - Roger Noriega.

O.C. - Roger Noriega. Pessoas que tinham uma visão muito conservadora da relação com a América Latina e que tinham preferências muito claras com relação ao que eles gostariam que acontecesse na Venezuela e em outros lugares. Mas eu acho que nesse ponto foi muito prejudicial aos Estados Unidos essa posição prematura que eles tomaram de imediatamente aceitar o golpe, considerar que não havia tido um golpe, que havia uma sucessão, vamos dizer assim, legítima - no que foram seguidos pela Espanha. Aí, no caso da Espanha eu não sei, eu não sei se foi voluntarismo do embaixador ou se foi instruções que ele recebeu. Mas era um governo conservador na Espanha, governo Aznar, um governo que no ano seguinte participou da invasão no Iraque. Então, aí pode ter havido... Porque também, às vezes, nós, embaixadores, somos atacados por *localities*: a influência do ambiente local, às vezes, se você não mantém certo equilíbrio você pode ficar afetado por relações pessoais, preferências ideológicas, o que quer que seja. A gente tem que ter muito cuidado com isso. Mas eu acho que foi muito prejudicial. *Mas*, o que eu acho importante, é que posteriormente, em episódios posteriores, por influências do Brasil e do próprio Presidente Lula, determinados grupos de acompanhamento da situação na Venezuela, Estados Unidos e Espanha participaram. Isso eu acho que é um elemento de sabedoria e foi iniciativa do Presidente Lula. A Espanha e Estados Unidos foram sugestões.

O.S. - Mas hoje já não, não é? Hoje a Espanha e os Estados Unidos estão praticamente fora do processo.

O.C. - Não, Espanha e Estados Unidos estão fora, porque hoje em dia o que você tem é uma regionalização da participação...

O.S. - Gestão da crise, exato.

O.C. - É, da gestão da crise, que é da Unasul no momento. Você teve a criação, pela UNASUL, de uma comissão de chanceleres - que é Brasil, Colômbia e Equador, que está atuando, acho que o nosso chanceler, no momento, está lá.

O.S. - Exato.

O.C. - Já teve, no domingo, uma reunião com a Mesa de Unidade Democrática, com o MUD. Então, houve isso muito por iniciativa do Brasil. Eu acho bom que a solução das crises seja cada vez mais regional. Porque é a circunstância mais imediata dos países e se a região puder atuar de maneira construtiva e produtiva, eu acho que é muito bom. Não que outros países não se interessem. É óbvio que os Estados Unidos se interessam pelo o que está acontecendo na Venezuela e que alguns países europeus se interessem pelo o que está acontecendo na Venezuela, ou a China se interesse pelo o que está acontecendo na Venezuela tendo em vista a quantidade de empréstimos que ela já fez. Mas que o encaminhamento de soluções para a crise

que possa ser feito por um organismo regional como a Unasul, eu acho muito bom. Eu fui embaixador na OEA durante quatro anos e meio, eu não acho que o fato de a OEA não participar de uma forma ou de outra, seja negativo para a organização. Eu acho que a OEA tem a sua área de atuação. A OEA evoluiu bastante também lá. Os países latino-americanos, hoje, têm um papel muito importante na formulação das posições que a OEA, em conjunto com os países, toma. Mas você tendo um organismo regional, como é o caso da Unasul, que é um organismo eminentemente político, eu acho bom.

M.T. - É, nós vamos falar, um pouco depois, da OEA e das instituições que estão surgindo cada vez mais na América Latina e na América do Sul, em especial. Mas voltando um pouco à Venezuela, quais foram as instruções, depois da volta dessa viagem do dia 24 ao 27 de março? Qual foi a sugestão de como o Brasil poderia, deveria ou não deveria participar na gestão dessa crise, vamos dizer assim, antes do golpe, claro?

O.C. - Eu acho que nesse momento, antes do golpe, havia um desejo - eu acho que não só do Brasil, mas de outros países da região - de que não houvesse a ruptura da ordem institucional na Venezuela e de que houvesse um diálogo. Isso se fazia por meio bilaterais, conversava, mas não havia ainda um esquema de... É claro que nós conversávamos com outros países sobre a situação da Venezuela. Se você tinha uma reunião política com a Colômbia era óbvio que um dos temas que você conversaria era a Venezuela, é claro. Mas isso foi tão próximo que foi natural. O que eu acho que foi muito importante nesse processo do golpe de 2002 é o fato de que o Brasil atuou decisivamente - isso eu posso afirmar, porque de certa forma eu participei - na condução das soluções que foram encaminhadas na OEA e no Grupo do Rio. O Presidente Fernando Henrique Cardoso não estava no time, não pôde ir à cúpula do Rio, mas estava o ministro Celso Lafer e ele atuou com grande intensidade, em permanente comunicação com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na condução daqueles entendimentos que levaram depois ao comunicado do Grupo do Rio da mesma forma como coisa depois. E houve uma coisa interessante ali, porque a atuação do Grupo do Rio foi decisiva, mas o Grupo do Rio atribuiu à OEA um papel ao invocar a Carta Democrática e ao pedir que o secretário-geral da OEA, César Gaviria, naquela ocasião, participasse dos esforços de mediação para o encaminhamento das tensões internas na Venezuela. Nesse momento, não houve um processo de exclusão. Não vamos tratar no Grupo do Rio e não tratamos na OEA. Eu acho que isso é interessante. --E por que eu acho? Não é porque eu fui quatro anos e meio na OEA que eu vou defender o papel da OEA naquele momento. É porque a OEA tem o arcabouço jurídico e institucional, através da Carta e da Carta Democrática para lidar com essas situações. Então, você pode usar esse instrumental. Eu acho que uma coisa não exclui a outra, eu acho que você pode privilegiar... No momento, a conjuntura favoreceu a atuação do Grupo do Rio, porque você está no meio de uma reunião de cúpula do Grupo do Rio.

M.T. - Um dos motivos pelos quais é inusitada essa invocação da OEA é a presença dos Estados Unidos, obviamente, dentro da OEA tendo já declarado, não diria apoio ao golpe, mas reconhecido o novo governo. Como foi o engajamento dos Estados Unidos nesse período?

Porque eles tinham claramente aceito o golpe. Há muito debate sobre o quanto o Departamento de Estado e os militares americanos sabiam do que ia acontecer. Qual foi o comportamento dos americanos nesses dias?

O.C. - Os americanos tiveram um comportamento favorável ao novo governo, tanto que eles imediatamente... Um embaixador americano visitou e deu apoio ao novo governo. Eles atuaram na OEA, sobretudo na OEA. Eles atuaram a favor do novo governo. Houve uma grande discussão nas reuniões do Conselho - você teve duas ou três reuniões do Conselho e uma Assembleia Geral que ia ter ou não ia ter, precisava ou não precisava e acabou não tendo - sobre quem representaria a Venezuela na reunião. Quem ia falar pela Venezuela? Houve um grupo de países, do qual os Estados Unidos participou e talvez tenha sido o principal animador desse grupo, de não deixar o representante permanente da Venezuela na época, era o embaixador Jorge Valero, que ainda, quando eu cheguei à OEA em 2005, ele ainda estava lá como embaixador, de participar da reunião. E houve uma reação grande e o Brasil participou muito desses entendimentos de que sim, ele tinha que participar, ele era o representante da Venezuela.

M.T. - Quais os outros países apoiaram?

O.C. - Brasil, Argentina, México.

M.T. - E do outro lado?

O.C. - Do outro lado você tinha Panamá, Equador. Quer dizer, variava dependendo do governo que estivesse no momento ali mais ou menos pró-Chávez ou com certas reservas ao governo Chávez, não é? Mas eu acho que prevaleceu o entendimento da maioria dos países e depois, inclusive, você vê pelos próprios documentos que saíram da reunião do Conselho Permanente, declarações do Conselho falando da institucionalidade democrática e etc.

M.T. - E havia debate sobre o quanto os Estados Unidos sabiam do que estava acontecendo?

O.C. - Não, evidentemente depois houve determinados setores ou determinados grupos que diziam que os Estados Unidos sabiam, tinham promovido, tinham fomentado. Essa discussão havia.

M.T. - Já havia nesse momento?

O.C. - Havia.

O.S. - Durante aquela viagem no final de março, a sua impressão não foi de que havia já um movimento?

O.C. - Não, eu tive a percepção e a impressão de que alguma coisa grave ia acontecer. Porque algumas afirmações que me foram feitas em algumas entrevistas, e aqui eu vou me permitir a manter reserva sobre quem formulou, mas uma pessoa me disse assim: “Não, porque às vezes

é necessário correr sangue”. Isso me impressionou muitíssimo, porque essa não é uma frase oca e não é uma frase gratuita. Então, que alguma coisa podia acontecer de grave: sim. Quer dizer, podia haver alguma tentativa ou, como se dizia nos anos 30 no Brasil, uma intentona.

O.S. - Mas isso não levou o governo brasileiro a articular uma posição do tipo: nós não vamos reconhecer nenhum tipo de governo?

O.C. - Eu acho que isso estava implícito. Isso estava implícito nas nossas posições. Já era o governo do Fernando Henrique Cardoso, isso estava implícito. Eu acho que nas conversas que se tinha com outros países já se comentava que havia possibilidades, que não seria aceitável. Tudo ia depender do que ia acontecer. Ninguém sabia o que ia acontecer.

M.T. - O senhor chegou a ter contato com círculos militares venezuelanos nessa viagem?

O.C. - Não, com exceção do secretário-geral da chancelaria. Um militar. E foi uma reunião em que nós, obviamente, não tratamos de temas internos, nós tratamos de temas das relações bilaterais. É óbvio que nas conversas privadas que eu tive com ele, a gente conversou um pouco. O tema tinha que vir à tona e eu disse o que, obviamente, tinha que dizer na época com todo o cuidado: a importância de diálogo, a importância da manutenção da estabilidade democrática. Mas sem deixar de reconhecer que havia uma legitimidade intrínseca no governo Chávez que tinha sido eleito legitimamente.

O.S. - E durante a crise, o gabinete do Chávez se encontrou isolado no palácio Miraflores. Havia uma comunicação, nessa época, do Presidente com, por exemplo, o Fernando Henrique? Porque o Chávez, naquela época, entrou em contato com o Fidel Castro, por exemplo, procurando conselhos: o que fazer, se assinar, se não assinar?

O.C. - Naquele momento que ele estava preso?

O.S. - Não, quando ele ainda encontrou-se junto com gabinete junto ao palácio Miraflores. Havia uma comunicação entre ele e o...?

O.C. - Nesse momento eu não me recordo se houve uma comunicação com o governo brasileiro.

O.S. - E o governo novo imediatamente tentou entrar em contato com o governo brasileiro? Como se deu isso?

O.C. - Não, o que poderia ter acontecido... Porque foi tudo muito rápido e muito confuso e muito atabalhado por parte daquele novo governo. Eles receberam a visita do embaixador americano, do embaixador espanhol e acharam que estava ótimo: já tinha lá Estados Unidos, a principal potência do universo; a Espanha, um país importante na União Europeia. É óbvio que reconhecimentos ou contatos com países da região, para eles, seria até essencial. Mas aquilo foi tudo muito confuso, eles, inclusive, não estavam controlando totalmente o palácio de Miraflores. Havia uma enorme confusão: você tinha uma confusão política, você tinha uma

confusão administrativa, você tinha controvérsias no meio militar, e na polícia. A filha do Chávez parece que falou com Fidel Castro para dizer que o pai não tinha renunciado. O Fidel falou que ele não tinha renunciado. Quer dizer, foi uma grande confusão naquele momento e as coisas acabaram se resolvendo ali por si só. E nesse meio tempo você tinha reunião de OEA, você tinha reunião do Grupo do Rio. Eu acho que na época não houve nenhum contato do governo brasileiro com o grupo do Pedro Carmona, pelo menos na área da Embaixada eu acho que não houve nada.

O.S. - Certo.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

O.S. - O problema sempre nessas crises também é a questão de evitar violência. Ou seja, realmente havia lá uma situação complicada com protestantes de um lado, do outro... qualquer comunicação errada pode levar a uma crise muito maior com centenas de mortes.

O.C. - É óbvio, mas o que eu acho que é óbvio é que havia uma cisão muito grande nas Forças Armadas venezuelanas e nas Forças de Segurança, tanto que você vê no último dia – acho que foi dia 13, não é? A grande manifestação a favor, quando o Chávez volta. Estava aquele pessoal todo do Carmona e outras pessoas no Palácio de Miraflores sem saber o que ia acontecer com eles. Aquela multidão toda vindo e ninguém segurava. Onde estavam os setores militares que estavam apoiando o novo governo? Saiu todo mundo correndo. Cenas: “Onde é a porta de saída?”. “Por onde eu saio?”. Houve uma fuga, assim, desordenada das pessoas. Eu acho que determinados aspectos daquele golpe foram farsescos, não é? Algum dia, algum diretor de cinema venezuelano deveria fazer. Não me lembro se houve. Houve sim... Eu não sei se vocês chegaram a ver o documentário europeu...

O.S. - Dos irlandeses, sim.

O.C. - Dos irlandeses que estavam dentro do Palácio. Você vê a confusão que aquilo era. Você tinha uma equipe de uma televisão irlandesa andando pelo Palácio Miraflores, filmando aquela loucura toda. E aquele documentário é interessantíssimo, aquilo mostra bem o que foi a confusão interna.

M.T. - Voltando um pouco, como era o governo Chávez nesse começo do governo, dá para se notar uma diferença grande entre o Chávez pós-golpe e pré-golpe de 2002?

O.C. - Eu acho que há uma diferença sim. Eu acho que, o governo Chávez antes do golpe era um governo mais, não conservador, mas um governo mais rotineiro do que ele foi depois. Eu acho que o golpe fez com que houvesse, não só na mente do Chávez, mas no grupo que o apoia, a convicção de que era muito difícil dialogar com a elite venezuelana – com as elites econômicas, e com parte da elite intelectual, elite social, mesmo na área cultural – de que tinha haver reformas profundas na sociedade venezuelana. Eu acho que isso ficou claro para eles.

Quando eu disse quando o *Country Club* tomou de assalto o Palácio Miraflores, aquilo foi realmente uma declaração de guerra. Eu acho que essa declaração de guerra do outro lado foi tomada assim: “Não há diálogo possível, por mais que a gente queira dialogar”. Tanto que houve o diálogo depois, mas um diálogo sempre muito difícil. Eu acho também que o Chávez evoluiu muito. O Chávez, desde 92, foi evoluindo: o tempo de prisão, o que ele leu, os contatos que ele fez, a aproximação com Cuba e mesmo assim mantendo muito boas relações com Brasil. Teve boas relações com o governo do Presidente Fernando Henrique até o final. Se bem que ele tinha também boas relações com o Presidente Lula depois, ele teve uma relação muito próxima. Mas eu acho que nisso houve um aprofundamento de uma visão mais socialista, do que eles chamam do socialismo do século XXI, do bolivarianismo – que é uma mistura de nacionalismo, personalismo, dirigismo estatal na área econômica e é isso que foi evoluindo e levando ao que nós temos hoje na Venezuela como regime político e como estrutura econômico-social.

O.S. - Depois do golpe, a crise não se resolve. Ou seja, ao longo do ano de 2002, o país está em crise.

O.C. - Até mesmo em dezembro tem reuniões da OEA.

O.S. - Exato. Uma reunião e inclusive há uma reunião no final do ano de 2002, é regional e o Chávez decide não participar citando o risco contínuo de golpe ainda no país.

O.C. - Inclusive houve uma declaração do Conselho Permanente da OEA de novo sobre a situação na Venezuela em dezembro de 2002, que é um dos últimos momentos, já no final governo Fernando Henrique Cardoso, onde se fala de novo na institucionalidade democrática, já se fala de novo que o governo Chávez, no fundo deixa de se entender se o governo de Chávez é legítimo. Então, há esse processo de diálogo que se inicia depois do golpe. Chega dezembro e continua uma mesa de diálogo, mas que não chegou a levar, naquele momento, a uma solução das divergências entre determinados grupos de oposição e o governo Chávez.

O.S. - Aquela conversa entre Fernando Henrique e Chávez acontece durante uma visita do Presidente venezuelano ao longo de 2002, não é? Eu acho que foi durante o centenário do Kubitschek

O.C. - É, do centenário do Juscelino.

O.S. - Nós achamos uma frase sua no jornal, na qual o senhor tenta minimizar a declaração do candidato José Serra comparando o Presidente venezuelano, Hugo Chávez, ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva. No Brasil há, depois da eleição, a dinâmica da transição. Como isso afetou a capacidade do Itamaraty de acompanhar o processo? Porque havia um envolvimento contínuo. A gente sabe que o Marco Aurélio, no final do ano de 2002, faz uma viagem para a Venezuela. Como se dá esse processo? Obviamente, o Marco Aurélio ainda não é uma pessoa que representa o governo. Isso só seria depois da transição.

O.C. - Mas eu acho que foi natural. É óbvio, quando você tem uma transição entre uma eleição e a assunção de um novo governo, e havendo uma mudança de partido político no poder, de liderança política no poder, é natural que isso ocorra. Eu acho que o que eu posso dizer como, na época, secretário-geral do Itamaraty que eu era, é que na área da política externa, isso foi determinação que vinha do Presidente Fernando Henrique e do ministro Celso Lafer, é que nós deveríamos facilitar todas as informações para a equipe eleita – o que foi feito. Nós fizemos vários dossiês de política externa, papéis de posição sobre todos os temas possíveis que eram oficialmente encaminhados à equipe de transição. Eu acho que era o atual ministro Aloísio Mercadante que coordenava me lembro que eu cheguei a mandar várias comunicações a ele com papéis de posição. O Presidente Lula, como Presidente eleito, fez viagens ao exterior. Então era natural que houvesse essa aproximação da equipe eleita com determinados setores no exterior. O Presidente Chávez ficou muito contente com a eleição do Presidente Lula, isso é óbvio, público e notório, e não tinha porque não ser assim. Então não houve interferências, que eu diria, indevidas, nem de um lado e nem de outro. Eu acho que era natural que houvesse essa busca de contatos no exterior da equipe eleita ao mesmo tempo em que a atuação rotineira e normal do governo brasileiro que findava em todos aqueles temas que ainda estavam sendo tratados no âmbito internacional. Isso foi feito de maneira natural e eu não me recordo que tenha havido pontos de fricção...

O.S. - Houve, nessa época, no final do ano, reuniões entre o senhor e o Samuel Pinheiro Guimarães que ia assumir essa posição?

O.C. - Não, porque nessa época nós não sabíamos que ia ser o Samuel Pinheiro Guimarães. Só se soube no próprio dia da transmissão do cargo do ministro Celso Lafer para o ministro Celso Amorim. Eles tinham *in pectore* indicação, mas isso não nos foi adiantado. Havia rumores que talvez sim, mas não chegou haver reuniões de coordenação. Eu estive, claro, com Samuel Pinheiro Guimarães logo depois da posse do governo Lula, porque eu passei ainda alguns dias como secretário-geral. Quer dizer, o Celso Amorim tinha que assumir, designar o Samuel Pinheiro Guimarães e enquanto isso ainda fui, sei lá, dois dias, secretário-geral. [riso]

O.S. - Interessante. Certo.

M.T. - Para fechar a questão da Venezuela. Sei que foi muito confuso o momento, mas o Brasil tinha contato direto com o Chávez e/ou com o grupo do Pedro Carmona durante esse momento de crise maior, poucos dias depois do golpe?

O.C. - Não, poucos dias depois é claro. Nós retomamos os contatos absolutamente normais com o governo venezuelano.

M.T. - Mas durante não houve contato?

O.C. - Não, porque quem sabia onde ele estava? Praticamente não se sabia onde ele estava.

M.T. - Mas ele não procurou o Brasil? Porque a gente sabe que durante o golpe, inclusive, quando ele foi preso, ele buscou contato com Fidel, obviamente, mas com outras lideranças. Ele não ficou parado.

O.C. - Pelo o que se sabe, quem entrou em contato com Fidel Castro foi a filha do Chávez.

M.T. - Foi, fez uma ligação.

O.C. - Fez uma ligação. Agora, eu não sei de outros contatos que ele tenha tida nessa oportunidade.

M.T. - Mas com o Brasil não teve?

O.C. - Não me recordo, não me recordo se ele tentou falar com o embaixador na época. Mas aí eu acho que vocês deviam convidar o embaixador Rui Nogueira para conversar com vocês.

O.S. - Sim, nós vamos conversar com ele com certeza.

M.T. - E a última pergunta que eu acho que talvez o senhor tenha respondido implicitamente é se o Brasil considerou, durante a crise, uma saída negociada de Chávez. Quando se esperava que a renúncia tinha sido aceita, ou seja, quando se imaginava que ele tinha renunciado, o Brasil trabalhava com a hipótese de conduzir uma transição negociada

O.C. - Mas eu acho que se tivesse havido uma renúncia, você teria uma evolução natural de que você não teria negociar nada. Possivelmente o que você teria que negociar é uma integridade pessoal para o Chávez, que lhe fosse dada todas as garantias. Isso estava implícito na nossa posição se é que pudesse acontecer isso. Mas acho que nesse momento e na rapidez com que os acontecimentos evoluíram não chegou a...

M.T. - Não chegou haver nenhuma gestão.

O.C. - É, não chegou... Quer dizer, podíamos pensar: “Não, se realmente ele renunciou...”. Assim que você deve interpretar a primeira declaração do governo brasileiro: preservação na institucionalidade democrática, direitos humanos e, se for o caso, eleições livres o mais rápido possível.

M.T. - Eu tinha uma pergunta, não é sobre a Venezuela, sobre a Colômbia nesse período também que é sobre o Plano Colômbia⁴ e o estabelecimento do Plano Colômbia que, por estar no Equador e depois, talvez o senhor tenha acompanhado. Procurar entender um pouco melhor qual foi a reação do Brasil ao Plano Colômbia. Teve uma resistência mais explícita ao Plano Colômbia que era um plano basicamente de cooperação muito próxima com os americanos, com uma presença militar forte?

⁴ Plano Colômbia é um plano de atuação e cooperação criado pelo governo dos Estados Unidos da América em 2000 para o combate ao tráfico de drogas e grupos guerrilheiros em território colombiano.

O.C. - Bom, eu acho que por princípio, agora eu falo do meu ponto de vista pessoal, nós sempre procuramos preservar a América do Sul como uma área livre. No contexto da Guerra Fria, o que interessava ao Brasil? Evitar que as tensões da Guerra Fria se reproduzissem e permeassem a conjuntura política e a conjuntura internacional da região, e aí eu falo sul-americana. Porque ela já estava presente em outras regiões: ela estava presente no Caribe e ela estava presente na América Central. Não é verdade? Mas não na América do Sul. Eu acho que é um dado interessante para vocês é, disso eu participei também, a participação do Brasil na questão do Suriname, quando houve uma preocupação de que o Suriname estivesse se aproximando, na época (estou falando em termos da época, que hoje eu não vejo nenhuma preocupação com isso)... Mas que na época havia setores e havia preocupação, por exemplo, dos Estados Unidos, de uma aproximação com Cuba e de uma presença cubana muito forte no Suriname. Isso foi no governo Figueiredo. Quando o Brasil se aproximou do Suriname, nós estabelecemos grandes programas de cooperação com o Suriname. Era o regime do Desiré Bouterse.

O.S. - O embaixador foi Lampreia naquela época, não é?

O.C. - Lampreia estava lá. Primeiro ele foi como encarregado... Essa história é interessante. Na época, eu fui mandado e era chefe da divisão que cuidava do norte da América do Sul, chamava América Meridional Dois. Nós decidimos retirar o embaixador lá, porque ele já estava há muitos anos lá, e eu fui mandado como encarregado de negócios para esperar a chegada do Lampreia, que era ministro e conselheiro em Washington, como encarregado de negócios no Suriname. Então, eu passei um tempo como encarregado de negócios. Esperei, o Lampreia chegou e assumiu a encarregatura de negócios e eu voltei para o Brasil. Mais adiante, o Lampreia – ele foi em missão transitória – volta a Washington, mas já comissionado embaixador em Paramaribo, me manda de volta para o Suriname como encarregado de negócios para esperar o Lampreia chegar como já embaixador designado. E foi um período muito interessante. Foi um período de grande aproximação do Brasil com o Suriname e foi nesse período que houve a famosa Missão Venturini. O general Danilo Venturini foi ao Suriname em uma missão de oferecimento... O Brasil estendendo a mão ao Suriname para aumentar a cooperação e etc. E para que isso? Para evitar exatamente aquilo que eu disse: que as tensões da Guerra Fria contaminassem o continente sul-americano. Eu acho que mesmo na época dos governos militares havia essa preocupação de preservar a região e evitar que essa tensão fosse importada através de presenças militares extra regionais na América do Sul, coisa que não havia. O Plano Colômbia, de uma maneira ou de outra, com um foco muito preciso, mudava essa equação. Apesar de ser focalizado no tema do combate as drogas, ele, de qualquer forma, importava uma presença militar próxima da fronteira do Brasil. Comentário pessoal meu, estritamente pessoal: não era confortável, no contexto da visão que o Brasil sempre teve de evitar essa contaminação. Depois os Estados Unidos foram para base aérea de Manta no Equador também, na base aérea de Manta de onde eles saíram porque o Rafael Correa decidiu que não queria mais. Mas eu acho que houve sempre uma preocupação. É interessante notar isso, não é? Você pode criticar determinados aspectos da política externa brasileira, regimes militares, transição para a democracia, governos no espectro político, mais ou menos

conservadores, mas sempre houve uma linha coerente na política externa brasileira, uma certa independência de atitudes nossa, com relação a posições que nós tínhamos que tomar no contexto da Guerra Fria e de como nós víamos a evolução da relação da região, sobretudo da América do Sul, com outros pólios de poder.

M.T. - Mas com esses homens do Plano Colômbia, não chegou haver grandes gestões para evitar alguma coisa nessa direção?

O.C. - Eu acho que nós tínhamos a preferência de que não houvesse a presença, como eu disse a vocês, militares.

M.T. - Preferência interna...

O.C. - Mas sempre com respeito a posições de outros países. É claro, era uma questão que poderia ter projeção regional, mas era uma questão interna de soberania da Colômbia.

M.T. - Mas isso se relaciona com outro grande problema regional do Brasil que é, problema da América do Sul em geral e o que afeta o Brasil fortemente, que é a questão do narcotráfico. E o Brasil nunca participou muito intensamente do apoio de combate ao narcotráfico em nenhum dos seus vizinhos.

O.C. - Não, nós sempre tivemos cooperação bilateral com nossos vizinhos no âmbito do tema do narcotráfico. O Brasil sempre participou de esquemas multilaterais de combate ao narcotráfico, nos esquemas das Nações Unidas, no âmbito regional da OEA que já teve uma atuação importante na área do combate ao narcotráfico. Bilateralmente nós temos acordos com vários países sobre esse tema do narcotráfico. Agora, a nossa visão sobre isso sempre procurou preservar os limites da soberania e da autonomia dos países na condução.

M.T. - O Brasil foi convidado a participar mais ativamente, até militarmente, nesse tipo de combate ou nunca foi convidado?

O.C. - Militarmente eu acho que não, mas do ponto de vista de atuação da Polícia Federal e na cooperação com outros países sim. Você tem os mecanismos todos de cooperação e nós nunca hesitamos em cooperar, sempre, como estou lhe dizendo, dentro dos limites da preservação da soberania e na não aceitação de determinadas interferências absolutamente indevidas no que devemos fazer e não devemos fazer.

O.S. - Vamos falar, então, de Washington? Há dois grandes temas que nos interessam que aconteceram durante a sua época como representante permanente na OEA. O primeiro, logo no início, é a proposta dos Estados Unidos de vigiar a democracia no continente americano. Uma nova proposta que, enfim, aumentaria o poder da OEA na questão democrática interna dos países e aí há uma resistência por vários outros países a essa proposta americana e no final o senhor descreve o compromisso com o documento equilibrado. Como se deu essa negociação e por que os Estados Unidos apresentaram essa proposta justamente nesse momento? Isso foi logo depois do senhor assumir essa posição.

O.C. - Eu acho que são vários aspectos aí... A nossa posição sempre foi de que os mecanismos da Carta e da Carta Democrática já eram suficientes. A Carta já fala em democracia e aí você tem outra discussão que prevalece ser a Carta Democrática, ou é a Carta? Na minha visão e na visão do Brasil a Carta é a Constituição da OEA. A Carta Democrática é outra coisa. A Carta Democrática não está no mesmo nível institucional, no contexto da OEA, do que a Carta da organização. A Carta Democrática vai além da Carta, a Carta Democrática é, vamos dizer assim, uma ampliação e uma especificação dos mecanismos de defesa da democracia na região. Na visão do Brasil, a Carta Democrática já é suficiente, ela já tem o capítulo, os artigos que vão do 19 ao sei lá, não me lembro agora, 21, 22 ou 23. Ela tem um esquema bastante avançado de verificação do cumprimento e defesa dos princípios democráticos. Ela vai em uma escala ascendente de medidas que a organização pode tomar no contexto do consenso entre os países membros da OEA. Nós achamos que ela já é suficiente para atender a atuação da OEA no contexto de quebra, possível quebra ou ameaça da quebra da ordem democrática. Nós não somos favoráveis a mecanismos mais intrusivos.

O.S. - O principal articulador dessa posição americana foi o Noriega nessa época?

O.C. - É.

O.S. - Havia outros países que se alinhavam com a proposta americana?

O.C. - Olha, em uma posição bastante matizada, você tem o Canadá e aí depende do governo que está no poder em outros países na região ou no Caribe, ou na América Latina. Os países do Caribe têm, realmente, uma posição, como eu pude observar, bastante clara de defesa da soberania nesse ponto. E aí você via Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, grande parte dos países da região... Nós tínhamos um mecanismo de coordenação informal na OEA, mais ou menos informal, porque tinha uma certa formalidade, chamado grupo Aladi. O grupo Aladi era os países da América do Sul com exceção dos países do norte que fazem parte do grupo do Caribe, que é Guiana e Suriname. Chama-se grupo Aladi porque a gente podia incluir o México aí. Bem, você tinha o grupo centro-americano, você tinha o grupo caribenho, você tinha o grupo Aladi e você tinha os grupos individuais que eram os Estados Unidos um e o Canadá o outro. [risos] É uma certa situação de desigualdade, não é? Quando nós fazíamos reunião de coordenação dos grupos regionais você tinha um representante do grupo Aladi, um da América Central, um do Caribe, o Canadá e os Estados Unidos. Havia certa desigualdade, mas assim é e nós estávamos acostumados com isso. Isso eu pude observar nos anos em que fui embaixador, eu cheguei à OEA em maio de 2005 e deixei a OEA em maio de 2009. Eu passei quatro anos na OEA. Há influência crescente do grupo Aladi na formulação das posições majoritárias dentro da OEA, muitas vezes com o apoio do grupo Caribenho, parte grupo centro-americano também. Mas o grupo Aladi... Isso é uma coisa que eu observei e que eu transmiti ao Itamaraty durante a minha gestão, de que você não poderia mais encarar a OEA como uma organização que vivesse sob a influência dominante e primordial dos Estados Unidos. É uma crítica que determinados setores faziam e às vezes com razão. Fizeram muitas vezes no passado à Organização dos Estados Americanos. Mas nesse período, a atuação da OEA foi *muito*

influenciada pela coordenação e pelo impulso que o grupo Aladi conseguiu dar às decisões tomadas no Conselho Permanente e nas assembleias gerais da Organização. Isso nós vimos em vários episódios. Durante a minha gestão na missão junto à OEA, nós tratamos por diversas vezes da situação interna na Bolívia, na mediação daquela situação interna na Bolívia que estava muito conflitiva a pedido do próprio governo boliviano. O chanceler boliviano, David Choquehuanca, esteve várias vezes na Organização para falar ao Conselho Permanente sobre a situação interna na Bolívia. Depois, situações no Haiti.

M.T. - A Colômbia, Equador e Venezuela.

O.C. - Sobretudo Colômbia e Equador, quando houve o ataque colombiano àquele acampamento das Farc da Colômbia. Acampamento que eu visitei.

O.S. - Quando foi isso?

O.C. - Depois do episódio, porque a OEA atuou muito com muita eficácia nesse contexto. Nós criamos por determinação do Conselho Permanente... Aliás, o que aconteceu foi que também tinha uma reunião do grupo do Rio, por coincidência, na Costa Rica: o chanceler Celso Amorim estava, o Presidente Lula também estava, porque era uma cúpula. Nessa ocasião, a OEA já estava atuando, já havia decidido que o secretário geral e um grupo de embaixadores visitaria tanto a Colômbia quanto o Equador. Eu falei com o ministro Celso Amorim: “Estamos precisando de meios logísticos para deslocamento”. Ele falou com o Presidente Lula e nos foi facilitado um avião da Embraer que transportou a missão de embaixadores da qual eu participei, junto com o secretário geral da OEA, o José Miguel Insulza. Visitamos o Equador e visitamos a Colômbia, no esforço de mediação para a diluição das tensões, que estavam muito fortes nesse momento, porque tinha havido, evidentemente, uma incursão colombiana em território equatoriano.

O.S. - Isso justamente poucos meses antes da criação da Unasul.

O.C. - Exatamente. Por que eu digo que é importante o instrumental institucional e jurídico da OEA? Porque nesse momento houve a reunião do grupo do Rio, mas o grupo do Rio invocou os mecanismos jurídicos da OEA: integridade territorial, não intervenção... Então, eu acho que isso é importante. Nessa ocasião se utilizaram os instrumentos jurídicos da OEA.

M.T. - E o novo institucionalismo? As novas instituições da América do Sul tem um arcabouço legal fraco em comparação com a OEA.

O.C. - Você tem mecanismos hoje em dia no Mercosul e na Unasul para lidar com essas situações. Tanto é assim que hoje você tem a comissão de chanceleres da Unasul atuando no contexto.

M.T. - Mas é uma solução *ad hoc*, não é uma solução institucionalizada.

O.C. - Não, você tem cláusulas democráticas no Mercosul. E você faz valer essa cláusula democrática também no âmbito da Unasul. Você está tendo uma institucionalização crescente desses organismos regionais e sub-regionais, e eu acho, na minha visão pessoal, isso não colide com o que você tem no âmbito hemisférico, que é a OEA. Há setores que não gostam do âmbito hemisférico e eu acho respeitável, é uma posição. Você pode não gostar do âmbito hemisférico. Agora, eu pessoalmente acho que o âmbito hemisférico é inevitável em determinadas situações.

M.T. - E é útil em termos institucionais...

O.C. - É útil também, se mostrou útil na crise da Colômbia com o Equador, por exemplo. Foi complementar e foi utilizado, pelo âmbito regional, do grupo do Rio.

M.T. - A interpretação de que os Estados Unidos têm uma influência desproporcional na OEA e que por isso a OEA não é mais o fórum...

O.C. - Não mais hoje em dia. É minha opinião pessoal e do que eu vi como embaixador na OEA durante quatro anos, eu não vi... É óbvio que você tem sempre o argumento de que os Estados Unidos financiam em 60% as atividades da OEA, mas isso é culpa dos outros países, que não quiseram aumentar sua contribuição. É claro que os critérios de contribuição estão baseados nos critérios da ONU, quer dizer, entra uma série de fatores aí. Agora, o fato de que eles financiam em 60% a organização, de que alguns setores americanos vivem brandindo essa ameaça, não torna a OEA um instrumento desprezível na solução de determinados conflitos. O que eu posso te afirmar é que, nesse período de quatro anos em que eu estive à frente da missão do Brasil junto à OEA, o que eu pude notar é a influência crescente da coordenação dos países latino-americanos e, sobretudo do grupo Aladi, mesmo quando, no contexto dentro do grupo Aladi, havia diferenças de opinião sobre como atuar. Nós sempre acabamos atuando com um denominador comum, consensual. Então, hoje em dia, eu acho que a OEA não é mais um instrumento que um ou outro país possa usar exclusivamente a seu bel prazer para defender suas posições específicas. Hoje há certo equilíbrio de poder, ainda que existam países muito mais desenvolvidos e poderosos que outros dentro da região. Mas, por exemplo, a coordenação dos caribenhos funciona perfeitamente. Dentro dos caribenhos você tem posições diferentes, porque você tem aqueles países que fazem parte daquela iniciativa petroleira da Venezuela e outros que não, mas eles atuam com um consenso, como um bloco.

O.S. - Só rapidamente para finalizar sobre a sua viagem à Colômbia e Equador. Qual foi a sua impressão dessa viagem?

O.C. - Nós fizemos várias coisas. Nós primeiro fomos ao Equador e depois fomos à Colômbia. Nós tivemos reuniões com os Presidentes. Quer dizer, a comissão de embaixadores mais o secretário-geral, nós tivemos reuniões com os chefes de Estado, com as chancelarias, com as lideranças militares, dos dois países, e visitamos os locais. Nós fomos à fronteira da Colômbia com o Equador. Nós vimos os programas, por exemplo, na Colômbia nós vimos os programas de erradicação da cultura da coca, nós visitamos toda a região fronteiriça. Os meios logísticos fornecidos pelo Brasil nos ajudaram muito, porque nós fomos num avião da Embraer, um

desses EMB109, um desses executivos. E depois fomos ao Equador e do Equador fomos levados ao acampamento que havia sido destruído pela incursão colombiana. Havia um momento de grande tensão. Entre os países não havia confiança recíproca, não havia confiança recíproca, de um lado se achava que havia tolerância, do outro lado, com relação à presença de forças irregulares, se argumentava que era impossível se controlar totalmente uma fronteira tão grande e de que o lado de lá ,(do lado Equador) também se dizia: “A Colômbia...”. Quer dizer, nós sofremos os efeitos do conflito interno colombiano de uma maneira muito grande porque não só se penetra e se infiltra em nosso território, como nós temos um problema de refugiados colombianos na região de fronteira. Do outro lado você diz: “O outro lado não faz nada para controlar”. Realmente o incidente provocou um ambiente de muita tensão e de muito mal estar entre os dois países. E nós atuamos no sentido de verificar quais eram as queixas de lado a lado e procurar aproximar as posições e desfazer essas tensões. Eu acho que foi um processo de mediação que foi também bem sucedido, porque nós procuramos utilizar mecanismos de cooperação trans-fronteiriços, que já existiam entre os dois países, revitalizá-los, ampliá-los, dar mais conteúdo às atuações, com várias sugestões. Foram mandadas comissões para verificar de que maneira isso podia ser feito e a atuação da OEA nesse momento, eu acho, foi determinante para que as tensões se reduzissem e que os dois países voltassem a dialogar de uma maneira produtiva. Agora, eu posso dizer que, nos contatos que nós fizemos, iniciais, não havia confiança recíproca nesse momento. Nesse momento inicial. As autoridades não tinham confiança de que as outras estavam sendo sinceras.

M.T. - E como foi o processo de construir confiança nesse caso?

O.C. - O processo foi de ouvir, transmitir, propor medidas, criar condições de solução bilateral. E isso acabou acontecendo.

M.T. - Que tipo de medidas? Encontros, chegou-se a alguma observação?

O.C. - Encontros, encontros, observação... Foi mandada uma... O Pedro Dallari esteve lá. Vale a pena conversar com ele sobre esse tema porque, por sugestão do Celso Lafer, eu conversando com o Celso Lafer dizia: “Tem uma comissão aqui que vai, de peritos, e nós precisamos encontrar alguém”. O Celso me falou: “Ah, tem o Pedro Dallari”. Falei “Ótimo”. Então o Pedro Dallari foi. Integrou a comissão e participou de um grupo de três, eu não me lembro dos outros quem eram, mas ele se lembrará certamente. Depois eles fizeram um relatório e apresentaram. Havia medidas de confiança. Você tinha medidas de confiança na área militar, não fazer isso, não fazer aquilo. Aí você tinha medidas de cooperação trans-fronteiriça, a reunião de autoridades da fronteira, reunião no nível de vice-chanceleres, a utilização dos mecanismos de cooperação já existentes, que eles já tinham na área fronteiriça. Então todo esse instrumental foi utilizado e aos poucos foi se reestabelecendo a confiança. As coisas mudaram, mudaram autoridades (mais de um lado do que de outro). [risos] E as coisas foram se compondo.

O.S. - Excelente. É um caso bem interessante.

O.C. - Muito, muito interessante.

O.S. - Muitíssimo obrigado. Foi excelente.

[FINAL DE DEPOIMENTO]